

Vol. 1, No. 1 julho 2020

ENTREVERO

Recontro Transcultural

Revista de Letras, Educação e Humanidade



centro universitário facvest
unifacvest

Amanda Tamanini de Araujo
Rodrigo Diaz de Vivar y Soler
Nara Marques Soares
Gabriela Neves Rodrigues da Silva
Ingrid Cristiane Inácio de Liz
Daiane Silva Bianchini
Katia Eliane Muck
Marinês Zembruski Brun

ENTREVERO

Revista de Letras, Educação e Humanidades

Vol. 1, No. 1, julho 2020



centro universitário facvest
unifacvest

ENTREVERO - Revista de Letras, Educação e Humanidades

Volume 1, Número 1– julho de 2020

Publicação semestral do Mestrado Profissional em Práticas Transculturais do Centro Universitário Facvest - Unifacvest
Coordenação.ppg.praticastransculturais@unifacvest.edu.br

Conselho editorial:

Frank Nilton Marcon (História – UFSE)
Inês Shaw (Literatura – Nassau Community College – NY)
Marcos Vinícius Scheffel (Literatura – UFRJ)
Luís Miguel Cardoso (Instituto Politécnico de Portalegre – IPP; Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa – UA Portugal)

Conselho consultivo:

Dilva Bertoldi Benvenuti

Comissão Editorial:

Arceloni Neusa Volpato
Carlos Castilho
Fabio Eduardo Grünewald Soares (Editor geral)
Inês Staub Araldi
Juçá Fialho Vazzata Dias - in memoriam
Kátia Eliane Muck

Imagem da capa:

Thiago Cordova Abreu Silva

Diagramação:

Thiago Cordova Abreu Silva



Avenida Marechal Floriano, 947 – CEP 88503-190.Lages - SC

www.unifacvest.edu.br

Fone: +55 (49) 3225-4114

SUMÁRIO

UMA LIBERDADE QUE SE GOVERNA: NEOLIBERALISMO E BIOPOLÍTICA NO PENSAMENTO FOUCAULTIANO.....	7
A ESCRITA À MÃO: COEXISTINDO AOS TEMPOS.....	15
SER LGBT NO BRASIL: UM ESTUDO IDENTITÁRIO.....	31
GÊNEROS DISCURSIVOS EMERGENTES.....	43
A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO FERRAMENTA DE LIBERTAÇÃO..	53
UMA BREVE VIAGEM AO UNIVERSO TEXTUAL.....	65

UMA LIBERDADE QUE SE GOVERNA: NEOLIBERALISMO E BIOPOLÍTICA NO PENSAMENTO FOUCAULTIANO

Amanda Tamanini de Araujo
Rodrigo Diaz de Vivar y Soler

RESUMO:

A biopolítica se caracteriza como um dos conceitos mais relevantes para pensarmos os desdobramentos das práticas de poder e dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo. Para Foucault, só podemos compreender a biopolítica como um gerenciamento das condutas quando percebermos os seus contornos de aplicabilidade para além dos regimes e formas de exceção. É nesse sentido, que ele irá compreender o neoliberalismo como dispositivo de controle da biopolítica, por meio do governo da conduta dos sujeitos. Nosso trabalho procura pensar as articulações entre a biopolítica e o neoliberalismo como uma arte da liberdade vigiada, ou para sermos mais explícito, como uma liberdade pretensamente governada pela economia.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Governamentalidade; Biopolítica; Michel Foucault.

INTRODUÇÃO:

OS EFEITOS FOUCAULTIANOS SOBRE A BIOPOLÍTICA

O conceito de biopolítica é imprescindível para uma leitura crítica sobre nossa sociedade ocidental. Ele perfila diversas áreas do saber, contribuindo para pensar-se criticamente os modos de vida, os processos de assujeitamento e as práticas de poder em múltiplos contextos como o espaço educacional, as relações entre direitos e garantias fundamentais, a economia e os modos de subjetivação.

Na opinião de Gallo (2017), pensar a biopolítica significa, antes de tudo, proceder uma contextualização sobre o papel fundamental da ciência no contexto da nossa modernidade, qual seja, o de objetivar o sujeito colocando-o a serviço das estratégias de saber e das práticas de poder. De certa maneira, quando procedemos uma contextualização da biopolítica, devemos ter em mente o fato de toda uma produção discursiva estar, necessariamente, atrelada à dinâmica dos dispositivos de controle presentes nas práticas sociais.

A biopolítica, portanto, ope-

ra modelos de gestão sobre a vida da população. Enquanto dispositivo de controle, a biopolítica confere um papel muito importante acerca das práticas refletidas de governo, as quais acabam por delimitar os impactos da biologização da política e da politização da biologia.

Da mesma maneira, Candiotto (2010) considera a biopolítica como um traço fundamental para uma contextualização dos modos pelos quais encontram-se articulados tanto os jogos de objetivação quanto os de subjetivação. Não obstante sua relevância conceitual e política para as lutas do nosso tempo presente, é interessante destacarmos a necessidade de procedermos uma investigação analítica sobre as emergências e proveniências da biopolítica no pensamento foucaultiano.

Tal exercício não é uma tarefa fácil, pois a biopolítica possui diferentes desdobramentos na trajetória intelectual e militante do filósofo francês somada ao fato de que, exceto pelo capítulo final de *A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1977), sua utilização é muito mais recorrente em outros contextos, sobretudo aqueles vivenciados por Foucault durante a década de 70,

seja pela formulação dos cursos *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2008/2009), ou ainda por meio de diversas entrevistas, conferências e intervenções registradas na coletânea de textos conhecidas por *Dits et Écrits* (FOUCAULT, 2005, 2006).

Mas, em que consiste a estrutura da biopolítica? Sem sombra de dúvida, ela emerge para delimitar o posicionamento estratégico dos estudos foucaultianos, no que se refere a uma problematização das práticas históricas, por um lado pela apreensão da vida pela política, como também pela produção de estratégias de resistências perante à gestão da vida por parte do Estado, no sentido de fazer ver aquilo que vemos para que possamos contextualizar os elementos para uma vida menos ordinária, uma vida que se prostra ao poder.

É justamente em torno de tal perspectiva que Foucault promove a leitura dos desdobramentos históricos e políticos que fizeram da gestão da vida da população, uma ferramenta imprescindível para os horizontes da nossa Modernidade.

No caso das nossas sociedades contemporâneas, os ele-

mentos pensados por Foucault sugerem que essa regulação passa, necessariamente, pelo diálogo entre a biopolítica e as formas de regimes econômicos que sustentam a vida. Neste sentido, essas formas de economia são perfiladas pelos dispositivos de liberalização e, posteriormente, pelo nascimento da regulação neoliberal.

A BIOPOLÍTICA E O DISPOSITIVO NEOLIBERAL

Se quiseres governar, invente uma crise. Milton Friedman e seus Chicago Boys inventaram todo um estilo de vida próprio ao neoliberalismo a partir da ideia da economia como um fim em si mesma, como último ato da história, como padrão de governamentalização da vida. Mas, a pergunta que poderíamos fazer seria: quais as emergências e proveniências desse radicalismo ultraliberal que parece ter tomado conta de todas as discussões do nosso mundo contemporâneo? A colocação de tal pergunta nos incita pensar os efeitos dessa governamentalidade a partir da nossa condição paradoxal, que parece ter tomado conta dos processos de subjetivação nos últimos anos: nunca fomos, ou pelo menos nunca deseja-

mos tanto sermos tão liberais na economia e tão conservadores nos costumes. Eis, portanto, os desdobramentos de uma arte de governo altamente eficaz no que se refere ao exercício do controle sobre as condutas modulada pelo dispositivo da biopolítica.

É na esteira de tal discussão que o pensamento foucaultiano pode nos ajudar a problematizar tais elementos. Essa problematização é inaugurada na medida em que nos perguntamos não somente pelos fins últimos do neoliberalismo ou pela sua possível derrocada, mas sim quando compreendemos as maneiras pelas quais, ainda que governados pela economia da liberdade e pela ética do controle, consigamos proceder práticas de liberdade e inventarmos, desse modo, novos modos de vida e de subjetivação.

BIOPOLÍTICA E NEOLIBERALISMO

As origens do neoliberalismo remetem à Alemanha, em especial o ordoliberalismo produzido pela Escola de Friburgo, responsável por colocar em questão um novo problema em relação a arte de governo: como garantir a sobrevivência econômica e não apenas ju-

rídica do Estado? Essa problematização é de fundamental importância para a arte neoliberal de governo, uma vez que ela coloca em evidência a necessidade de se percorrer os contornos da economia política como condição de possibilidade para a existência e para a sustentação do Estado.

A respeito dessa questão, é interessante observarmos o deslocamento metodológico empreendido por Foucault (2009) acerca dos sentidos políticos do neoliberalismo. Habitamos-nos a compreender o processo de reestruturação da economia europeia no pós-guerra a partir da implementação de uma série de medidas protecionistas na economia, como o plano Marshall e o keynesianismo - que formam a estrutura do que conhecemos atualmente por Estado de Bem-Estar Social - isto é, todo um conjunto de procedimentos voltados para a mediação da livre circulação das mercadorias sob a tutela de um Estado. Ora, o que interessa à analítica foucaultiana é justamente analisar o nascimento do neoliberalismo como contrapartida ao modelo praticado Welfare State.

Mas, a pergunta que permanece é: qual é a finalidade dessa leitura praticada por Fou-

cault? A resposta para tal questionamento pode ser encontrada no fato de que os estudos foucaultianos são construídos sob o signo da gestão Reagan e Thatcher e, nesse sentido, Foucault (2009) parece não se interessar em procurar revelar os motivos pelos quais o neoliberalismo superou o new deal, mas sim investigar as condições de possibilidades de uma história do tempo presente da arte de governo neoliberal.

Não estamos diante apenas de um modelo econômico, mas acima de tudo, de uma forma de verdade. O neoliberalismo é, na realidade, uma governamentalidade que opera seu método no sentido de perfilar os modos de subjetivação, produzindo os elementos necessários para uma profunda crítica tanto em relação às constantes intervenções por parte do Estado, como à flexibilização do mercado econômico. O que está em jogo, é a justa medida da intervenção e da liberdade. Por conta de tal aspecto, é que a ressonância do modelo neoliberal será sempre a produção de modos de verdades baseados na liberdade necessária a toda relação entre subjetividade, governo e Estado.

Nesse contexto, o modelo

de governamentalidade neoliberal acaba por deflagrar um confronto direto contra toda ameaça de crescimento acentuado do poder estatal, pois é esse mesmo crescimento que leva o Estado à sua própria decomposição. Para os neoliberais, o totalitarismo emerge quando a máquina estatal se torna monstruosa e o mercado econômico torna-se alheio a qualquer controle.

Nunca é demais lembrar, segundo Foucault (2009), que durante o III Reich, o próprio estatuto de personalidade jurídica do Estado foi destruído pela ideia que este ente deveria ser agente do povo. Eis o traço fundamental da crítica formulada pelos neoliberais em relação a isso: a ilusão promulgada por uma intervenção do Estado na economia e, ao mesmo, uma circulação natural de bens e consumos responsável por levar a economia ao colapso.

O grande medo da Escola de Friburgo era, portanto, evitar a retomada da experiência nazista, aprendendo tanto com o recrudescimento do projeto intervencionista do Estado de polícia, quanto com a ingenuidade do liberalismo clássico. Se atentarmos para o fato de que um dos traços fundamentais da

crítica neoliberal em relação ao totalitarismo refere-se ao fato de que sua estrutura está diretamente relacionada à irracionalidade do capitalismo, podemos observar como esses teóricos estavam interessados em evitar a todo custo, a ascensão de práticas autoritárias no interior da vida econômica.

Portanto, essa seria a curvatura da ética da biopolítica presente no homo oeconomicus: a tese de que a governamentalização das condutas não depende mais da secularização dos dispositivos disciplinares, mas sim dos regramentos provenientes dos modos de verificação nos quais essa figura encontra-se situada.

Nesse sentido, ao operar uma leitura da biopolítica como grade de inteligibilidade do processo de governamentalização neoliberal, Foucault (2009) acaba por nos indicar que o grande desafio à construção de uma crítica em relação à razão de Estado repousa no diagnóstico das condições de possibilidade das formas de governamentalidades, as quais somos assujeitados desde a emergência do poder pastoral, passando razão de Estado e culminando com as emergências e proveniências tanto do liberalismo, quanto do

neoliberalismo. Essas seriam as ferramentas apresentadas por Foucault no sentido de pensar-mos uma história do tempo presente e sinalizadas nas possíveis fissuras e estratégias de resistências ligadas à perspectiva dos direitos dos governados. Acreditamos que essa perspectiva é de fundamental importância para situarmos nas insurreições os fundamentos de uma prática política responsável que colocam em evidência a produção de práticas de liberdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a relevância para os estudos contemporâneos, a noção de biopolítica em Foucault parece estar no centro dos debates sobre os problemas de gestão da vida das populações, em especial, pelo contexto econômico do neoliberalismo.

Em linhas gerais, o projeto de problematização das práticas de governo presentes nos dispositivos de liberalização da economia, auxiliam-nos a perceber como são formadas e reguladas pela biopolítica, as formas de subjetividade reguladas pela instância neoliberal no sentido de prescreverem uma forma de vida que é contrária à intervenção do Estado

na vida dos sujeitos, mas, ao mesmo tempo, deixa se capturar pelos efeitos de uma economia de mercado que produz formas de subjetividades regidas pela ética da culpabilização dos sucessos e dos fracassos existentes na vida desses sujeitos.

Ora, a biopolítica enquanto uma liberdade que se governa fundamenta os seus procedimentos na tentativa de ilustrar a performatividade de um sujeito totalmente prostrado aos indicadores econômicos das suas próprias relações existenciais.

Em outras palavras, o elemento fundamental que liga a biopolítica ao neoliberalismo parece ser o fato de que é preciso liberalizar o Estado, mas regulamentar economicamente a vida de todos. Nesse sentido, é que são desenvolvidos uma experiência voltada para os efeitos de controle sobre os corpos e subjetividades a partir de modulações ligadas a efeitos como a financeirização da vida a partir das regulações econômicas.

Abre-se, nesse contexto, a possibilidade de compreendermos a biopolítica não somente como uma leitura da conjectura ideológica do Estado sobre as nossas vidas, mas sim dos ele-

mentos de um governo das racionalidades neoliberais desinteressadas pelo bem comum, pela política e pelas questões sociais e, atenta tão somente, às regulações dos dispositivos econômicos, por meio da formação de um governo sobre a vida, a partir de uma liberdade que se governa orientada pelos desdobramentos de um sujeito que deve, acima de tudo, ser o empresário de si mesmo. Um sujeito que opera os seus padrões de práticas sociais a partir dos elementos de radicalização das regras da verdade do mercado econômico.

É interessante, por fim, destacarmos que esse lugar de verdade proposto pela racionalidade neoliberal toma o mercado em que se está em jogo não mais o papel do Estado, mas a conversão das experiências éticas em elementos perfilados por relações utilitárias demandadas pelo mercado econômico.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, Cesar. Ética e Política em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 33, n. 2, p. 157-175, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v33n2/v33n2a10>. Acesso em: 21 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits I*. Paris: Gallimard, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits I*. Paris: Gallimard, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GALLO, Silvio. Biopolítica e Subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 77-94, 2017. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/er/n66/0104-4060-er-66-77.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

A ESCRITA À MÃO: COEXISTIN- DO AOS TEMPOS

Nara Marques Soares

*é preciso dispor os instrumentos,
exercitar a mão,
conhecer todos os caracteres
(Cecília Meirelles)*

RESUMO

Este artigo aborda algumas características da história da escrita ocidental no que diz respeito às formas de escrita, oral, manual, mecânica e digital, tentando mostrar a coexistência destas formas e de suas respectivas tecnologias em momentos históricos diversos. Para isto, são analisados dois casos em que o padrão manual (de produção e reprodução de manuscritos) é necessário e mantido em períodos posteriores: (1) o caso de alguns jornais manuscritos no Brasil dos séculos XIX e XX, posteriores, portanto, à chegada da tecnologia mecânica da imprensa no país; e (2) o caso dos cadernos de esboços da Brooklyn Library, atualmente, em que a escrita manual e as tecnologias mecânica e digital são interdependentes.

Palavras-chave: escrita à mão; história da escrita; jornais manuscritos; livro de artista; reprodutibilidade.

INTRODUÇÃO

Para que a escrita seja legível,

Historicamente temos três formas de transmissão de texto: oral, manuscrita e impressa. No final do século XX e neste início de século, vivemos a transição e a adaptação para a forma digital. Passado este tempo, já estamos aptos a analisar alguns pontos sobre a escrita e a leitura digitais. Muitos estudos se dedicam a fazer uma espécie de balanço das vantagens ou desvantagens da escrita e da leitura digitais, geralmente mostrando como as pesquisas tecnológicas respondem a urgências e necessidades humanas. Porém é muito importante pesquisar aquelas práticas de escrita e de leitura que atravessam, ressurgem ou são reformuladas através dos anos e das diferentes formas de transmissão de texto, como fez, por exemplo, Roger Chartier. Assim, quero eu também retornar ao passado para pensar um pouco sobre este presente do texto digital que não elimina as formas de escrita de outros tempos, chegando mesmo a por em destaque o desejo e a necessidade de coexistência entre todos eles.

Alguns estudos já localizam

práticas muito antigas que foram abandonadas e que agora começam a ser resgatadas. Uma delas, apenas para citar um exemplo, é o livro em folhas de papel, cortadas em quadrados e unidas por anéis ou costurados, que substituiu o livro em rolo da antiguidade, ainda na forma manuscrita. Na era mecânica de reprodução, manteve-se essa tradição com o livro impresso em páginas numeradas, viradas manualmente por comodidade de manuseio. Nesta era digital de reprodução, alguns editores de texto ainda trazem a numeração de páginas, mantendo, entre outros benefícios, uma padronização de normas técnicas, mas retomam a barra de rolagem para a escrita e a leitura, resgatando uma característica do livro em rolo.

Sendo assim, o suporte livro digital está oferecendo novos recursos para a escrita, que até certo ponto não são assim tão “novos”. Interessa-nos em especial pensar sobre algumas dessas “novidades”, que ficaram latentes por um tempo, contudo nunca deixaram de ser manifestas nas práticas da escrita, por necessidade histórica, cultural, social etc. Cada vez mais os historiadores da escrita estão retomando e revisando,

nesses termos, essas práticas antigas, buscando melhorar a compreensão destas e de novas práticas que estão por vir.

Para este artigo, optei por focar o estudo nas práticas de manuscritos, justamente para que possamos ver, neste nosso momento da cultura digital, onde ainda há a permanência da escrita manual.

Para a análise dessas práticas de escrita, deve entrar sempre em consideração uma série de fatores pensados conjuntamente, como os suportes, as maneiras e os formatos de escrita, os gêneros, a destinação dos escritos, o público, assim como as peculiaridades histórico-políticas dos textos de cada época. É preciso, ainda, ter em vista sempre esta divisão dos tempos da reprodução e da transmissão de textos: oral, manual, impressa e digital.

O OBJETO-LIVRO – DA ORALIDADE À IMPRENSA

A oralidade permaneceu como forma prevalente de transmissão textual até que tornou suficientemente grande a necessidade de se fazer circular os textos no tempo e no espaço. Foi então que se percebeu a importância do objeto-livro na história do poder e

do saber, principalmente para a fixação de tradições. O que não se restringiu à modernidade, mas aos momentos em que se percebeu que o discurso escrito se preserva em duração e pode ultrapassar espaços geográficos.

Como nos lembra Maria Augusta Babo:

A fixação da palavra, mas sobretudo da lei, será talvez o objetivo primeiro de tal técnica e a causa da sua importância. Nas sociedades que primeiro cultivaram a escrita, caso da Suméria, do Egito, de Israel, a escrita impõe-se pela necessidade de fixar a tradição oral, por um lado, mas sobretudo de legislar, de normatizar. A escrita, e consequentemente o livro, estarão inevitavelmente ligados, através da história, à fixação da lei, à produção, por parte do poder, de normas cívicas, morais, religiosas e à difusão dessa normativa. (BABO, 1993, p. 72)

A partir dessa necessidade ou urgência de fixar tradições apareceram livros em rolos (livros em papiros enrolados em um cilindro de madeira); livros em madeira unidos por anéis e cordas; e o Códex ou Códice, livros em pergaminhos, que não precisavam ser desenrolados para a leitura (surgidos no século I).

Os primeiros escritos que surgiram em forma de livros foram

de palavras de ordem vinculadas ao poder regente de normas e leis, principalmente ligadas aos governos e à igreja. Passando da transmissão oral para a manuscrita, começou-se a prática de escrita sistemática, organizada por vários povos de forma bastante semelhante. Essa história que envolve os primeiros livros copiados à mão delimitou certas funções: as figuras do *auctor* (autor), do *auctoritas* (editor), do *scriptor* (copiador) e do *commentador* (revisor e crítico).

Em *Do palco à página*, Roger Chartier (CHARTIER, 2002) comenta que os primeiros livros impressos eram baseados em narrativas orais, principalmente de peças de teatro encenadas diretamente, sem o texto escrito. O dramaturgo da trupe teatral possuía apenas algumas poucas indicações escritas e ia testando as falas nos ensaios. Não havia a preocupação com um texto escrito, pois os atores apreendiam as falas e marcações nos ensaios, sabendo assim o que dizer e fazer. Quando as companhias faziam um sucesso maior, algumas pessoas começaram a exigir o texto escrito para ler após o espetáculo, ou no caso de outros diretores, para encenar estas peças em outras cidades. Isto

fez crescer o interesse de donos de tipografias pelo comércio desses textos mais populares. Eles então frequentavam as peças no intuito de copiar, durante as representações, todas as falas. Imprimiam e vendiam os livros. Naturalmente, copiados deste jeito, por copiadoreis piratas, pagos para memorizar as peças durante as apresentações, muitos erros eram cometidos na publicação, deixando os autores-dramaturgos insatisfeitos com as publicações. Os erros cometidos eram de omissões, substituições, confusões e acréscimos de falas.

Assim como no caso da escrita manual, a reprodução mecânica impõe uma série de funções a serem desempenhadas por pessoas que, envolvidas no processo de escrita e publicação, acabavam criando uma grande confusão quanto à autoria dos textos. Antes de o texto ser impresso, ele passava pelas mãos de vários profissionais envolvidos com a escrita, e cada um modificava o texto, sem preocupações com uma edição fidedigna. Entravam na autoria de um texto, o dramaturgo, os atores, os copiadoreis, o tipógrafo e o editor. O tipógrafo era o *compositor*, e o editor o *corrector*. Todos mexiam no texto.

Assim, a cada mudança de suporte, a cada movimento da escrita, há um remanejamento em suas funções e em seus aspectos. Embora não de forma tão clara ou datada.

A prevalência da escrita manual, do livro manuscrito, permaneceu por muito tempo, desde as civilizações antigas, entre vários povos diferentes, até muito tempo depois da invenção da imprensa, em função da confiabilidade e da fidelidade maior às cópias. Diz Chartier que:

O escrito copiado à mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg, até o século XVIII, e mesmo o XIX. Para os textos proibidos, cuja existência devia permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra. (...) De modo geral, persistia uma forte suspeita diante do impresso, que supostamente romperia a familiaridade entre o autor e seus leitores e corromperia a correção dos textos, colocando-os em mãos "mecânicas" e nas práticas do comércio. (CHARTIER, 1999, p. 9)

Precisou haver então uma diferenciação entre o trabalho manual, dos operários do livro, e o trabalho intelectual ou criativo, do escritor. Assim o escritor fez sua passagem para o status de Autor, enquanto as outras funções continuaram no ano-

nimato. Como Chartier diz em “O desafio da escrita”: o autor surge no século XV “pela consciência aguda e infeliz das corrupções introduzidas pela imprensa”. (CHARTIER, 2002, p. 85)

Esses dados históricos sobre a escrita nos mostram que, com a mudança do suporte livro da era manual para a mecânica, (1) alterou-se as funções das pessoas envolvidas na escrita, num remanejamento que tornou a obra um processo muito mais individual do que coletivo; (2) questionou-se o limite, em alguns casos, ou a ampliação, em outros, do poder do escritor sobre sua obra, muito mais por uma necessidade, por parte de todos, da assinatura do escritor-autor, principalmente para caracterizar sua responsabilidade pela escrita.

Essas mudanças de suporte são características gerais da história da escrita ocidental, porém vários aspectos específicos de cada cultura afetaram também essa história. Gostaria de mostrar agora um caso dessas especificidades na história da escrita brasileira.

A ESCRITA MANUAL NO BRASIL

O caso da escrita no Brasil é particularmente instigante quanto a essas complexidades

relativas a técnicas, procedimentos e métodos, devido à interdição real. O país é descoberto e colonizado já na época da prensa com tipo móvel, invenção de Gutemberg, mas leva 322 anos para que tenha liberdade nas publicações. Muitos modos de produção de escrita, todos interditos, se acumularam virtualmente, e às vezes clandestinamente, no tempo da colonização em que vigorou o decreto real de proibição, primeiramente, de qualquer impressão que não fosse feita em Portugal, e após a vinda da família real para o Brasil, de qualquer impressão que não fosse tutelada pela prensa do governo real (HALLEWELL, 1985).

Assim as produções e práticas da escrita no Brasil diferem em vários sentidos daquelas já estudadas por historiadores da escrita europeia ocidental. Uma destas diferenças está na prevalência da escrita manuscrita por um período maior do que o verificado em outras culturas, incluindo algumas colônias. (O primeiro jornal do Novo Mundo foi publicado em Boston, e foi anterior a 1700. Em 1729 surgem os dois primeiros jornais latinoamericanos: *Gaceta de Guatemala* e *Las Primitias de la Cultura de Quito*.)

Essa defasagem de um século com relação a outras colônias (espanholas ou inglesas) se deve, obviamente, à mesma restrição legal. A primeira prensa chega ao Brasil em 1808, e até 1821 todas as publicações precisavam passar pela licença régia para circular. Neste período apenas um jornal impresso, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, obteve essa licença. Havia várias prensas clandestinas, outras formas de impressão, como a xilogravura, e também os impressos feitos no exterior, como o *Correio Braziliense* (impresso em Londres), mas tal interdição talvez tenha incentivado a prática da escrita manual por mais tempo no nosso país.

Tivemos então um momento (nada efêmero) de produção de discursos sob ordens históricas diferenciadas, sob a ordem da interdição: aquilo que para Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso* (2003, p.9), é característica de uma vontade de verdade que “não cessa de se reforçar” através de procedimentos de exclusão e interdição dos/nos discursos. A palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade são os três grandes sistemas de exclusão que, interligados, controlam os discursos e mantêm a ordem do discurso.

Essa história singular da interdição que rege boa parte da escrita brasileira produz um arquivo de uma riqueza considerável, que não pode mais ser ignorado como objeto de pesquisa.

Nossos primeiros escritos foram da ordem jesuítica e da ordem dos colonizadores desbravadores enviados pelo governo de Portugal. Temos em forma manuscrita vários relatos de viagem ao Brasil, cartas de padres jesuítas (como a do Padre Antonio Vieira), tratados sobre a natureza (fauna e flora) no Brasil, com desenhos. Nesses escritos a descrição de um país em potência de exploração e colonização é a marca prioritária. Posteriormente, já com a formação de comunidades maiores, e com uma organização político-administrativa mais efetiva em solo brasileiro, temos uma série de documentos oficiais (como cartas de punição a escravos, ofícios militares, leis, alvarás, decretos), correspondências da corte (Brasil-Portugal), correspondência entre governos estaduais e corte, balanços. Assim como quando da implantação das primeiras escolas, passamos a ter a prática dos cadernos manuscritos. Com a necessidade da educação e de materiais

pedagógicos, importam-se os livros didáticos de Portugal, disponibilizados para encomendas pelos catálogos de livrarias portuguesas (LAJOLO, ZILBERMAN, 2003).

Esses escritos começam a ter as marcas da sociedade voltando-se para a disciplina das instituições de poder e, obviamente, para as críticas a essa sociedade. Começa assim uma formação da "ordem do discurso" brasileiro.

Assim, podemos dividir as primeiras escritas no Brasil nos tipos: *religioso* (sermões, orações etc), *jurídico* (ofícios militares, cartas de ordem, alvarás etc), *científico* (textos didáticos, tratados sobre fauna e flora etc), *literário* (poemas, traduções, crônicas etc), *histórico* (relatos de viagem, diários de bordo etc), *pessoal* (cartas, diários etc), *propagandístico* (cartazes, anúncios etc) e *jornalístico* (periódicos); respectivamente relativos às instituições de poder da igreja, do governo, dos militares, da academia e da comunicação (privada ou pública).

Para o momento, vamos fazer uma breve análise, dentro da história da escrita brasileira, de um caso da comunicação jornalística.

JORNAIS ESCRITOS À MÃO

Em uma pesquisa preliminar no acervo digital da Biblioteca Nacional descobri, para citar apenas um exemplo desta riqueza de história da escrita brasileira, uma série de jornais escritos à mão. Como já vimos, tivemos uma série de impedimentos até meados do século XIX para a impressão de livros e periódicos no Brasil. Mesmo após a liberação da imprensa, o custo de manutenção de uma tipografia era alto. Porém a demanda por notícias, tanto locais quanto de outros lugares, exigia e estimulava a redação de matérias e fez surgir muitas tipografias. As notícias locais eram levantadas pelos próprios redatores. As de lugares distantes vinham por outras fontes pessoais, contadas oralmente por viajantes, ou então já tinham natureza jornalística, enquanto compilações de jornais de outras cidades. Produziam-se assim jornais semanais, pois era comum uma defasagem temporal na chegada das notícias em cidades interioranas, que precisavam esperar pelos poucos exemplares de jornais das capitais reservados a elas. As tipografias imprimiam também outras formas de escrita (livros, panfletos), tendo certo

compromisso com a população, e nem sempre aceitavam publicar conteúdos que não seguiam suas orientações políticas, culturais etc.

Estas características limitavam possibilidades de criação ou de expressão de opiniões. Foi então que se proliferou, já em pleno período avançado da reprodução mecânica dos impressos, o jornal manuscrito. Segundo Marialva Barbosa,

Nas cidades aonde apareciam [os jornais manuscritos] já existiam dezenas de jornais (...), mas os letrados desejavam de todas as formas fazer circular no espaço público suas opiniões sob a forma de documento escrito. A escrita possuía o simbolismo da opinião fixada e permitia a sua visibilidade já que se fosse apenas falada se dissolveria como palavras ao vento. (BARBOSA, 2014, p. 3)

Podemos levantar algumas hipóteses quanto aos prováveis padrões de produção, objetivos e modos de leitura desses manuscritos jornalísticos brasileiros.

Nos jornais analisados, há envolvimento das três formas de transmissão dos textos (oral, manual e mecânica) – às vezes em um mesmo manuscrito. Nelas há traços claros de práticas da oralidade, por exemplo, na produção voltada para leitura

coletiva: poucos exemplares eram feitos, provavelmente para serem lidos para grupos de pessoas (muitas das quais ainda não alfabetizadas). Isto aparece claramente na inclusão de enigmas e charadas, por exemplo, que provavelmente eram apresentados como disputas de rapidez de raciocínio para grupos. Prática que mais tarde, nos jornais de reprodução mecânica, foi substituída pelas palavras cruzadas, um jogo individual.



Figura 1: **O Clarim**. Cabeçalho do jornal. Divinópolis, MG, 1874.

Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Ao mesmo tempo estes jornais manuscritos apresentam traços da transmissão mecânica do texto impresso, por exemplo. Eles eram divididos em colunas, que eram compiladas de textos já impressos de edições estrangeiras.



Figura 2: **O Clarim**. Matéria sobre tubarões. Divinópolis, MG, 1874.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional

O jornal manuscrito *O Clarim*, de 1874 trazia colunas de charadas, folhetim e notícias de jornais estrangeiros. E *O Sexo*, de 1900, traz já marcada a influência dos impressos pelo uso da divisão de três colunas e pela escrita de um manuscrito em letra tipográfica. No uso das letras, é interessante ver que em um mesmo periódico há mistura de letras tipográficas com letras góticas e letras cursivas. Neste último caso, os estudos apontam para o objeto de aspecto mais íntimo ao material, como aproximação ao gênero epistolar, tão comum à época (figura 2).

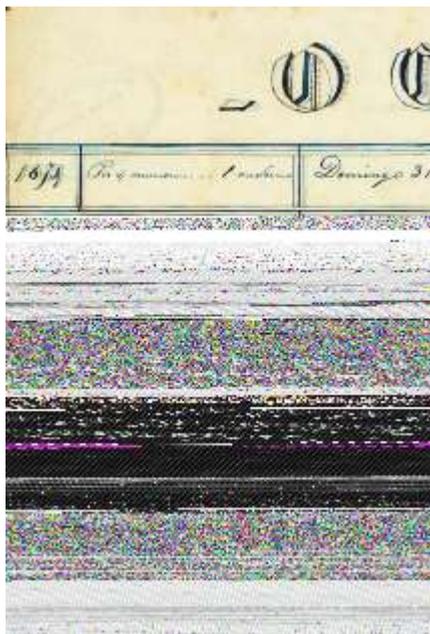


Figura 3: **O Sexo**. Rio de Janeiro, 1900.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Assim, apenas neste exemplo de textos manuscritos, podemos ver aquilo que Roger Chartier comenta em *Os desafios da escrita*. Ele se refere ao texto impresso de um exemplar de uma edição de *Hamlet*, de 1676, que contém também escritas feitas a mão, em 1740, por um ator que fez correções, marcou entradas e saídas do palco, acrescentou pontuações etc, baseadas numa experiência do texto em sua oralidade. Chartier destaca que “há aqui um exemplo par-

ficular das relações que ligam, mais do que separam, as três formas de inscrição e de transmissão dos textos: a oralidade, o manuscrito e o impresso.” (CHARTIER, 2002, p. 100)

Além destas transmissões citadas, algo que os autores ou copistas da era mecânica que ainda utilizavam a técnica manual não podiam prever é que, passado um tempo, pesquisadores acessariam seus escritos digitalmente em um mundo virtual.

UMA EXPERIÊNCIA DE MANUSCRITOS NO SÉCULO XXI

Dando um salto temporal para a atualidade, busquei um caso que fosse mais pertinente dentro desta coexistência das formas históricas da escrita, pensando em nossa era digital, no qual ainda haveria permanência da escrita manual. Não queria abordar a escrita manual produzida com fins funcionais, usada na alfabetização ou em outros trabalhos pedagógicos, como os de avaliação. Descartei também, para este momento, as mesas digitalizadoras, tecnologia com a qual podemos escrever manualmente com uma caneta e transferir o escrito (ou desenhado) diretamente para o meio

digital. Neste caso temos a intervenção de uma produção manual dependente de uma tecnologia recente. Queria achar um caso em que a escrita manual tivesse fluído como uma necessidade outra: por livre expressão feita à mão pelo autor.

Dos vários casos que encontrei, escolhi um para apresentar aqui que parece inovador e criativo, principalmente por incorporar muitos aspectos da história da escrita em pleno século XXI. É um projeto da Brooklyn Art Library, uma biblioteca de cadernos artísticos de esboços e de desenhos feitos à mão. A Biblioteca conta com um espaço físico, no bairro que dá nome ao projeto, onde guarda todos os livros e, também, um *bookmobile* (um carro com prateleiras), para participar de eventos, feiras e exposições, levando alguns livros para fora desse espaço físico, até o público leitor mais diverso e distante. Até o mês de maio de 2020, a biblioteca tinha um acervo de 25.019 livros inéditos, originais, manuscritos, que eles preferem chamar de *sketchbooks*, por tratar-se de livros de pessoas que não precisam comprovar nenhuma consagração para fazer parte do acervo. Não é preciso ser

artista reconhecido, nem ter experiência em arte, e nem há limites de idade. Crianças também podem mandar seus livros para o acervo. Eles recebem livros de vários países, dentro das mais diversas propostas, porém há também propostas temáticas, de tempos em tempos, sugeridas pela biblioteca, como “Ahh, Monster”; “My lyfe in a yellow submarine”; “Nightmare”; “In 5 minutes” etc.

Explorando o acervo podemos encontrar uma variedade enorme de tipos, gêneros, temáticas. Desde os clássicos diários de viagens, álbuns de fotografia, (auto)biografias etc, até blocos de desenhos sem explicações de criação ou alguns exemplares que se encaixam na categoria de livro-objeto.

O livro-objeto é a interseção de livro-jogo, picture book, pop-up book e flip book. O livro-objeto inclui “todo objeto de transfiguração da leitura que materialize o sensorio, o plástico, a originalidade na concepção, intervenções poéticas, jogos gráficos e visuais. Objetos que estabelecem uma nova emoção ao leitor – informando, estimulando, intrigando, comovendo e entre-tenendo” (D’ANGELO, 2013, p.36).



Figura 4: **Love the shark you're with.** Casey G (Redwood City, California, EUA). Acervo Brooklyn Art Digital Library. 2015.

A única restrição da biblioteca é que, por uma questão prática, os livros precisam ter formatos externos padronizados, para caberem nas prateleiras. O que não limita a arte, pois alguns usam recursos de pop-up, de páginas dobradas, páginas duplicadas ou páginas para serem puxadas ou mexidas (Figura 4) etc. Também pode haver variação nos materiais colados ou dispostos, como livros com cordas, folhas de plantas etc.

Alguns são feitos apenas com imagens, porém a maioria traz a escrita manual.



Figura 5: **Untitled (Tema: Storybook)**, Denise Collins (Long beach, Nova York, EUA). Acervo Brooklyn Art Digital Library, 2011

Encontramos também muitos casos em que há sobreposição de técnicas manuais e mecânicas de escrita, como a utilização de colagem de recortes com letras impressas de revistas.



Figura 6: **Untitled**, Linda Penny (Tucson, Arizona, EUA). Acervo Brooklyn Art Digital Library, 2011

Alguns livros são fragmentos de imagens e pensamentos, outros mantêm uma história ou tema do início ao fim. Há, por exemplo, um livro de viagens pelo metrô, para o qual, a cada dia, o artista fotografava uma estação e fazia o esboço das pessoas enquanto viajava.



Figura 7: **Travel with me. Brooklyn**, Sherry Field (Nova York, EUA). Acervo Brooklyn Art Digital Library, 2012.

As fotografias do próprio autor e as imagens impressas em revistas etc são bastante usadas nos livros, mas quase sempre podemos ver a intervenção da mão do artista nos recortes, nas montagens e nas sobreposições imagens/escritos.

É importante esclarecer que, além de manter o livro do artista em seu acervo, o projeto também escaneia o livro e disponibiliza a cópia do livro digital. Assim aquele livro, como objeto de arte único e original, passa por todo o processo de reprodutibilidade digital. Con-

tudo, vale lembrar algo sobre os modos de reprodutibilidade das imagens. Walter Benjamin ressalta que, mesmo no início da reprodução em série, as imagens ainda eram feitas manualmente em xilografuras ou litografuras. Somente com a invenção da fotografia, a “mão foi desencarregada no processo de reprodução das imagens” (BENJAMIN, 2012, p. 15). A escrita manuscrita foi extinta da técnica mecânica de impressão pelos tipos gráficos (letras em relevos em madeira, barro ou ferro).

A reprodutibilidade digital, neste caso da biblioteca do Brooklyn, não exclui o manuscrito e ainda soluciona alguns problemas próprios à impressão mecânica. (1) O material produzido não precisa ser pensado para impressão, ficando livre das limitações de uma prensa, de matrizes, de diagramações tradicionais etc. (2) Não há preocupações com a distribuição de exemplares, dispensando serviços de entrega e respectivas despesas e prazos. (3) Não há limite no número de exemplares. (4) Para sua conservação, o material conta com pelo menos dois suportes: o manuscrito e o digital.

Mesmo sabendo que o livro será digitalizado, são poucas

as interferências na criação artística para algo voltado ao meio virtual.

Como já vimos, parecia-nos haver nos jornais manuscritos do Brasil do século XIX o desejo de adotar um layout de jornal impresso, mesmo quando se fazia o trabalho manuscrito, usando-se letras tipográficas, as divisões em colunas etc. Agora, simetricamente, encontramos algo bastante parecido da ordem da necessidade ou do desejo do artista em criar imagens digitalizadas e transpô-las para o livro de papel. Este caso nos faz refletir sobre o desejo do artista em ver sua obra digital como livro de artista de esboços único e original. Seria por sentir que a obra mantém características de um processo manual? Não nos cabe avaliar caso por caso, apenas levantar a hipótese de que, no processo de criação, o artista percebeu algo da coexistência das formas de escrita.

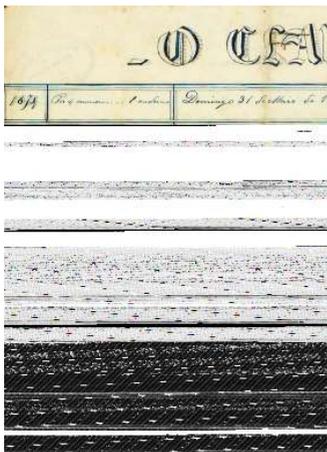


Figura 8: **Digital Sketches**, Anna VLD Kelly (Northfield, Minnesota, EUA).
Acervo Brooklyn Art Digital Library, 2012.

Neste exemplo, vemos que a concepção do cachorro é pensada como um desenho feito à mão, algo muito próximo do que faziam poetas de vanguarda como Apollinaire, nas experiências dos caligramas – poemas visuais, onde o texto escrito dá forma a alguma imagem pictórica –, que eram feitas manualmente e depois impressas no livro de poemas.

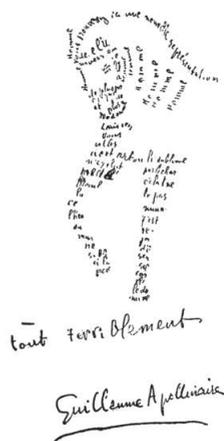


Figura 9: **Tout terriblement**, Guillaume Apollinaire. Caligrama. 1918.

Porém podemos ver que a mesma atitude analisada no caso dos jornais manuscritos do século XIX, quanto ao fato de não se ter acesso às tecnologias mecânicas de impressão, continua a se manifestar em pleno século XXI. Vejamos o caso de HQs produzidas à mão, como se fossem imitações de procedimentos de gráficos.



Figura 10: **Untitled (Tema: Fill)**

me with stories), Mariesa de la Rosa (Victoria, AE, Canadá). Acervo Brooklyn Art Digital Library, 2012.

Concluindo, podemos constatar que a grande maioria dos livros mantém a espontaneidade e criatividade dos livros manuscritos, como: as letras sem modelos definidos; uma grande variedade de estilos e movimentos artísticos, desde arte botânica até arte conceitual, mangás ou desenhos realistas; o uso de texturas e materiais táteis etc. Porém existe, de forma latente ou manifesta, o conhecimento de vários aspectos da história (mundial) da escrita nessas produções.

Percebemos também que essa coexistência da história da escrita transforma a própria história e a eleva a outro patamar – além de poder lançar pesquisas rumo ao desenvolvimento de novas tecnologias que venham a suprir necessidades surgidas nestes processos de criação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABO, Maria Augusta. A escrita do livro. Lisboa: Vega, 1993.

BARBOSA, Marialva Carlos. "Os manuscritos do Brasil: cenários de uma escritura". Intercom: anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR. P.3, 2014. Acesso em 22/05/2020. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0266-1.pdf>

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. Tradução de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2012.

D'ANGELO, Biagio. "Entre materialidade e imaginário: Atualidade do livro-objeto". Ipotesi, Juiz de Fora, v.17, n.2, p. 33-44, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2015/01/07-ENTRE-MATERIALIDADE.pdf>>. Acesso em 22/05/2020

CHARTIER, Roger. Do palco à página. Tradução de Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Unesp, 1999.

CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita. Tradução de Fulvia M.L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T.A. Queiroz / Usp, 1985.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2003.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2003.

PERIÓDICOS:

O Clarim. Divinópolis, MG, 1874
Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acer-vo_digital/div_manuscritos/mss1309070_2/mss1309070_2.pdf>. Acesso em 22 de maio/2020

O Sexo. Rio de Janeiro, Capital Federal da República dos E.U.

da América, RJ, 1900.

Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acer-vo_digital/div_manuscritos/mss1309064/mss1309064.pdf>.

Acesso em 22 de maio/2020

SITES:

Brooklyn Art Library. **Sketchbook Project**, 2006. A library of sketchbooks. Disponível em <<https://brooklynartlibrary.org/>> e <<https://www.sketchbookproject.com/library>>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

SER LGBT NO BRASIL: UM ESTUDO IDENTITÁRIO

Gabriela Neves Rodrigues da Silva

RESUMO:

Nas últimas décadas, a relação discursiva entre a população de lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais (LGBT) e a sociedade brasileira se alterou significativamente. No presente trabalho, dois recortes foram feitos para realizar investigações exploratórias a partir da trajetória desse movimento social: o primeiro diz respeito às suas estratégias de articulação, partindo dos nomes escolhidos para identificar o movimento no Brasil e da inclusão de grupos cada vez mais diversos dentro dele (a exemplo da sigla estendida LBTTQIA+. A segunda parte se refere a conceitos básicos desse ativismo (orientação sexual e identidade de gênero) e a forma como ele se relaciona com formas anteriores de compreender essa comunidade que, embora obsoletas, permanecem no imaginário popular. Por fim, considera-se a importância da organização coletiva para disputar por espaço no discurso hegemônico, de modo a tornar visíveis e respeitadas todas as diferentes identidades acolhidas pelo movimento LGBT.

Palavras-chave: LGBT. Identidade. Orientação sexual. Identidade de gênero. Movimento LGBT no Brasil.

INTRODUÇÃO

O movimento das lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais (LGBT) já recebeu diversos nomes ao longo de sua história. Da sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) até variações atuais que buscam contemplar o máximo de pessoas nesse grupo guarda-chuva, como LGBTQIA+ (nessa versão, incluindo letras para *queer*, intersexuais e assexuais), as nomeações tiveram diferentes níveis de aceitação na sociedade. De forma análoga, conceitos fundamentais como identidade de gênero e orientação sexual, que não eram tão presentes e conhecidos mesmo nos meios militantes, vieram se consolidando nos últimos anos, apesar de ainda não terem sido completamente absorvidos pelo vocabulário popular.

Em contrapartida, no Brasil, o movimento LGBT se insere cada vez mais nos diálogos e conversas populares. Atualmente, jovens LGBT encontram mais amparo social e cultural

para revelarem e mesmo de orgulharem de suas orientações sexuais e identidades de gênero, embora as conquistas de direitos por parte dessa frente de militância sejam sempre acompanhadas de polêmicas promovidas pelos grupos mais conservadores de nossa sociedade. Um exemplo recente, de 2018, foi a decisão que permitia a realização das mais que obsoletas terapias de reversão sexual (conhecida vulgarmente como “cura gay”), subseqüentemente suspensa em 2019 pelo Supremo Tribunal Federal e fortemente refutada pelo Conselho Federal de Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 12).

Enquanto a população LGBT disputa espaço com o discurso padrão cisheteronormativo (ou seja, entender que o modelo de sexualidade ideal implica em se relacionar com pessoas do sexo oposto e estar em conformidade com seu sexo de nascença) em prol das pautas do movimento, a penetração do significado da sigla e suas variações, assim como dos principais conceitos utilizados em seus discursos, ainda não é plena. Há alguma resistência em relação ao uso da sigla LGBT (intensificada quando opta-se por adotar alguma versão es-

tendida, como LBTTQIA+), referida pelos LGBTfóbicos como “sopa de letrinhas”, de forma a desvalorizar a pluralidade nela contida. Infelizmente, uma grande parcela dos brasileiros não saberia diferenciar, por exemplo, as identificações travesti e transexual: mais do que equívocos lexicais, essas confusões invisibilizam um grupo de pessoas já marginalizadas.

Como pode-se observar, a linguagem atravessa a relação da sociedade brasileira com o movimento LGBT em diversos aspectos, seja pela disseminação dos conceitos-chave ou mesmo pela forma de identificar esse coletivo tão abrangente, ao passo que o conservadorismo perpetua o uso de gírias ofensivas, segue utilizando “gay”, “sapatão”, “traveco” e outras referências LGBT como insultos.

O presente trabalho pretende fazer uma análise exploratória das diferentes relações entre a militância LGBT e o campo das linguagens no Brasil. Para isso, passaremos por dois recortes principais: o histórico de nomes dados ao movimento ao longo das últimas décadas e a difusão de alguns conceitos fundamentais do discurso contra a LGBTfobia.

DE HOMOSSEXUAIS A LGBTQIA+: O PERCURSO IDENTITÁRIO DO MOVIMENTO

Nos anos 80, os grupos não cisheteronormativos emergentes no país eram os dos homens gays e das mulheres lésbicas. Para compreender como eles alcançaram visibilidade e começaram a se organizar tanto separados como unidos na chamada comunidade "GLS" (gays, lésbicas e simpatizantes), é prudente voltar na história do movimento ao longo da segunda metade do século XX.

De acordo com a pesquisa de Vieira (2017, p. 3) "no Brasil, os primeiros registros de movimento homossexual datam de 1950", embora não se configurasse ainda como militância organizada e sim em espaços de confraternização. Somente no fim da década de 1970 cria-se o grupo *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, já ao final do período de ditadura civil-militar instalado no país. Nesse período, inúmeras punições foram impostas àqueles e àquelas que declaravam sua atração por pessoas do mesmo sexo, sob pretexto de estarem violando a moral e os bons costumes incentivados pelo governo ditador.

O afrouxamento da ditadu-

ra propiciou a articulação de coletivos como o *Somos*, bem como a do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) em 1981, do Grupo Gay da Bahia (GGB) em 1980 e ainda a realização do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) em 1980 (VIEIRA, 2017, p. 14). O GGB, que até hoje publica anualmente os mapas da violência contra LGBTQs, desde o início de sua atuação denunciava as violências estatais e os aparelhos repressivos utilizados pelo governo militar brasileiro – a postura contra o autoritarismo marcou a primeira onda do movimento homossexual do país (NASCIMENTO, 2015, p. 10).

Aqui, já podemos observar a tendência de gays e lésbicas brasileiros a formarem grupos organizados e, assim, adotar nomes que tornem suas identidades visíveis e os legitimem perante a sociedade. Inicialmente a união pela qual todos se reconhecem se dá em ser homossexual, independente de ser homem ou mulher, muito embora uma parcela da população ainda discuta somente usando o termo gay de forma genérica. Essa, posteriormente, veio a ser uma questão para evidenciar as diferentes experiências vividas por homens gays e mulheres lésbicas em

detrimento e uma suposta homogeneidade.

Outro atravessamento da linguagem nesse movimento se dá na luta por “incluir na Constituição Federal o respeito à ‘opção sexual’” (NASCIMENTO, 2015, p. 13), poucas palavras que significariam grande avanço para alguma formalização da cidadania sexual. É interessante notar, no entanto, que hoje tal expressão é fortemente evitada, como poderemos analisar mais adiante. Em 1985, conquista-se que a homossexualidade seja retirada do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), através da luta dos grupos organizados de gays e lésbicas, antes mesmo do mesmo ocorrer na Organização Mundial de Saúde.

A primeira sigla a se tornar presente na linguagem coloquial foi a “sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), criada por volta de 1990 com a proposta de direcionar o mercado para gays e lésbicas, mas com potencial inclusivo para consumidores heterossexuais, agregando-os como simpatizantes” (GOMES et al, 2018, p. 4). A inclusão dos heterossexuais (em geral, nesse contexto, cisgênero) foi uma estratégia linguísti-

ca para aproximar membros da sociedade ao movimento através de manifestações de solidariedade, mesmo que esse apoio viesse de pessoas que não experimentassem a homofobia na própria pele.

Até hoje, cerca de trinta anos depois, a denominação “GLS” continua sendo utilizada por parte da população cisheterossexual. No entanto, ela permaneceu inabalada dentro da comunidade por pouco tempo, especialmente porque já a “década de 90 presencia o começo da visibilização de travestis e transexuais” (VIEIRA, 2017, p. 4). A diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero começa a ser delineada na última década do século XX, desde então vem se tornando mais presente e sólida entre militantes LGBT e apoiadores da causa: reconhece-se como legítima a identificação com outro sexo que não o próprio de nascença independente da atração sexual por homens ou mulheres (anacronicamente, poderíamos incluir aqui as pessoas não binárias).

Sampaio e Germano (2014, p. 3) resumem a transição da sigla GLS até LGBT da seguinte forma: “a tentativa de agregar os múltiplos fatores envolvidos é

facilmente percebida nas mudanças que a sigla LGBT tem sofrido ao longo do tempo. Determinadas letras foram adicionadas (o B e o T), outras foram retiradas (o S, da antiga sigla GLS)”. B e T indicam, respectivamente, a presença de bissexuais, travestis e transexuais no coletivo. No entanto, é importante frisar uma etapa intermediária cuja transformação não envolveu entrada ou saída de grupo algum. Foi a passagem de GLBT para LGBT, uma alteração provida de forte peso simbólico. A variação GLBT foi usada no início da primeira década de 2000, e está presente, por exemplo, no documento oficial do programa “Brasil sem homofobia” (Brasil, 2004).

A reordenação LGBT foi determinada em 2008, na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Historicamente, os homens cis gays são vistos como protagonistas da causa LGBT, o que é intensificado se o homem em questão for branco. A decisão de colocar as lésbicas como o primeiro grupo na identificação do movimento é política, se dá a partir de uma perspectiva interseccional que reconhece que o Brasil é um país fortemente patriarcal. As lésbicas sofrem mais com invi-

sibilização na sociedade, uma vez que a lesbofobia combina a LGBTfobia com o machismo, tornando-as mais vulneráveis enquanto grupo minoritário.

Embora a sigla mais corrente atualmente seja LGBT, discutem-se as entradas de novas letras na mesma, de modo a contemplar ainda mais grupos. Esse movimento, sabidamente, é conhecido como do tipo “guarda-chuva” por acolher em uma união as diversas (quase inúmeras, é possível dizer) identificações de gênero e orientações sexuais que fogem ao padrão cisgênero heterossexual. Uma das siglas estendidas cunhada nos últimos anos, LGBTTIQA+, visa reforçar a presença de travestis e transexuais como identidades diferentes no duplo T, além da inclusão de três letras inéditas.

A condição intersexo (I) é definida geneticamente, a partir de variações dos gametas sexuais. Enquanto a identificação como intersexo é legitimada pelo discurso médico há décadas (o que não diminui o preconceito e hostilidade sofridos por pessoas intersexo, como o uso ofensivo do termo “hermafrodita”), os termos assexual (A) e *queer* (Q) são mais recentes. Na posição de pessoas que não se interessam

por interações sexuais, os assexuais são desviantes da norma assim como todos na comunidade LGBT, podendo ser também aromânticos ou não. O movimento *queer*, por sua vez, se propõe a receber todas as nuances que fogem dos modelos binários de sexualidade e gênero, proposta reforçada pelo símbolo de adição (+) no fim da sigla.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS E SUAS ATUALIZAÇÕES

Vimos anteriormente que, nos anos 80, incluir o termo "opção sexual" na Constituição foi uma das batalhas do movimento LGBT. O que naquele momento foi uma conquista hoje está expulso do glossário LGBT: como essa e outras expressões envelheceram tão mal, após tentativas intensas de consolidá-las?

Em um contexto em que o efeito compulsório da cisheteronormatividade era ainda maior, sob influências de ideais morais e religiosos (por exemplo, de que um deus teria criado o homem e a mulher para procriarem), conquistar o reconhecimento de que havia outras alternativas para expressar sexualidade foi um grande feito. No intuito de destacar as

possibilidades de se relacionar com pessoas do mesmo sexo e, posteriormente, também as de se identificar subjetivamente com o sexo oposto sem que isso implique em patologizações, falar sobre opção sexual foi uma forma de expandir os horizontes da população.

As variações, como escolha sexual, também se popularizaram e tiveram efeito. Durante séculos a homossexualidade (assim como a transexualidade e a bissexualidade, debatidas mais tarde) e uma heterotopia, conceito firmado por Foucault e citado pela primeira vez em *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1966 apud ROSA, 2010). Para explicar a relação entre a heterotopia e a comunidade LGBT, Rosa (2010) diz:

Conduz-nos a uma reflexão sobre aquilo que a linguagem não nomeia, mas que existe ou, visto de outro modo, sobre aquilo que a linguagem coloca como único ou exclusivo na nossa visão do mundo, acabando por excluir outras que surgem como não fazendo parte dele. Este conceito torna-se um dos pilares fundamentais para nos ajudar a perceber como as sexualidades das pessoas LGBT foram ocultadas na linguagem e no discurso ao longo da história (ROSA, 2010, p. 8).

Dessa maneira, trazer a op-

ção sexual para ser debatida foi um avanço em relação à norma social vigente anteriormente. Contudo, tal expressão sofreu com os precedentes abertos pelo conservadorismo: “este discurso coloca a sexualidade do indivíduo como uma característica de escolha própria, o que pode direcionar para a responsabilização dos sujeitos por toda a discriminação que os rodeia” (GOMES, 2018, p. 5). A lógica homofóbica funciona a partir da indagação: no caso de ser uma escolha, por que os homossexuais simplesmente não optam por agir conforme os ideais da heterossexualidade? Esse ataque era (e continua sendo, infelizmente) reforçado, entre outros modos, por justificativas baseadas na ideia de pecado e de doença, o que trazia consigo as tentativas de *cura gay*.

Atualmente, há duas expressões fundamentais para compreender os membros da comunidade LGBT: orientação sexual e identidade de gênero. Essa diferenciação começou a ser melhor desenhada nos anos 1990, quando pessoas transexuais e travestis se organizam para promover o reconhecimento social dos homens trans como homens, em toda a sua legitimidade, e das mulhe-

res trans e travestis igualmente como mulheres completas.

Estamos em 2020 e muitas pessoas transfóbicas permanecem reproduzindo o discurso cristalizado de que mulheres trans são homens gays e que homens trans são “mulheres que querem ser homens” (ponto defendido também para atacar mulheres feministas que não obedecem ao padrão de feminilidade). Aqui existe, também, a necessidade de diferenciar o sexo designado ao nascer da identidade de gênero. A ausência dessa distinção se evidencia no discurso conservador, a “invisibilidade das identidades trans nas falas é identificada através da limitação atribuída a respeito do grupo LGBT apenas à homossexualidade” (GOMES, 2018, p. 5).

No trabalho de Gomes (2018), alguns gestores municipais de saúde de Cuité (PB) são entrevistados sobre o quanto compreendem acerca da população LGBT. Entre as respostas à pergunta do que seria uma pessoa transexual, G10 (todos os gestores tiveram seus nomes protegidos por pseudônimos) diz: “trans, se eu não me engano, é um homem que se veste de mulher ou uma mulher que se veste de homem”. Essa definição é consideravelmente

presente no imaginário popular, no entanto, se aplica somente a pessoas *crossdresser*, conceito ainda pouco disseminado no Brasil que, contudo, não diz respeito à identidade de gênero.

Como, então, oferecer didaticamente uma explicação acerca do que é sexualidade e o que é gênero? O Conselho Federal de Psicologia, que teve um papel fundamental na despatologização da transexualidade, define: "identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero" (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 12). Desenvolvendo um pouco mais, é importante afirmar que o gênero não se restringe às possibilidades homem ou mulher: há inúmeras identidades não-binárias que compõem o espectro entre esses polos.

A orientação sexual, por sua vez, é a forma contemporânea de designar os tipos de atração que podem ser sentidos por uma pessoa. Ao invés de tratá-los como opções sexuais, como vimos acima, compreende-se que a sexualidade pode

estar orientada para o sexo oposto (heterossexualidade), para o mesmo sexo (homossexualidade), ou ainda para homens, mulheres e não-binários (bissexualidade). O prefixo "bi" em bissexual veio de um momento em que a não-binariedade era quase invisível mesmo na militância LGBT, de modo que esse nome foi escolhido para afirmar a possibilidade de desejar tanto pessoas do mesmo sexo como do oposto: hoje, diríamos simplesmente que a atração dessas pessoas não estão restritas a um único gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora práticas sexuais entre pessoas do mesmo gênero tenham registros ao redor do mundo que datam de séculos atrás (o que ocorre também, em menor escala, com histórias de pessoas transexuais), os maiores avanços quanto ao reconhecimento social e mesmo jurídico de pessoas LGBT no Brasil ocorreram em um espaço curto de tempo, particularmente nos últimos 40 anos. É evidente que há inúmeros fatores na história que influenciaram essa trajetória. Não obstante, a organização dessa população enquanto movimento trouxe

possibilidades antes apenas utopicamente imaginadas. Resgatando a antiga posição heterotópica daqueles que se identificam como LGBT, Rosa (2010) pontua que:

A heterotopia é assim, a meu ver, uma oposição à normatividade, e a identidade surge quando os que vivem nesse "espaço oposto" tomam consciência de quem são, bem como da sua identificação com outros que têm aspirações e identificações em comum, mesmo que não partilhem o mesmo espaço físico, havendo partilha no domínio do discurso e, portanto, do simbólico (ROSA, 2010, p. 11).

Em outras palavras, podemos concluir que a consolidação das sexualidades e gêneros não cisheteronormativos permitiu a identificação desses sujeitos como mais que a negação de uma tradição padronizada. A identidade permite que os indivíduos deixem de ver a si próprios somente como desviantes e passem a fazer parte de um grupo: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, assexuais, intersexo, não binários e tantos outros dentro desse grande espectro de possibilidades que pouco a pouco se revelaram apesar do véu do relacionamento cisgênero heterossexual como ideal.

A partilha de um discurso traz consigo a sensação de pertencimento: não é novidade que o campo semântico pode acarretar transformações profundas na experiência subjetiva de um ser humano. Por exemplo, a Internet possibilita que adolescentes, durante seus processos de compreensão acerca dos próprios corpos e desejos, tenham acesso a narrativas diversificadas e possam começar trabalhar com a aceitação das próprias particularidades. Assim, desde a juventude abrem-se portas para refletir politicamente sobre sexualidade e gênero, para ecoar outras vozes parecidas com a própria, o que torna a experiência de descobrir-se fora do padrão menos traumática do que as vividas em gerações anteriores.

É a percepção de que existem grupos diversos entre os LGBT que instiga brasileiras e brasileiros compreenderem o que diferencia um homem gay de uma mulher transexual, entre outras tantas distinções elucidativas. O contato com o discurso dos ativistas é o disparador do interesse sobre o tema, bem como da delimitação de quais termos serão aceitos para falar sobre essas pessoas.

Através da linguagem, tam-

bém é possível destacar nos discurso LGBTfóbico onde se encontram o preconceito, a aversão e o desprezo. Expressões de ódio como “traveco” (contra travestis), ou “mal amada” (referente a uma mulher que se relaciona com outras mulheres), devem se tornar não somente obsoletos como seu uso deve ser vexatório para o falante, dado seu teor desrespeitoso. Em contrapartida, vale mencionar as ressignificações que existem no movimento LGBT de algumas antigas expressões como “sapatão” ou “veado”, se apropriando das palavras no uso interno dessa comunidade. A reversão da relação com essas expressões faz com que o poder sobre elas passe para o domínio da população LGBT, ao invés de fragilizá-la.

A identidade LGBT enquanto abrigo para todas as sexualidades e gêneros potencializa as conquistas frente à invisibilidade. Enquanto participantes de um movimento social, ativistas possuem mais voz para explicitar a ausência estrutural de políticas públicas voltadas para eles. Militantes que se identificam como LGBT usam seu lugar de fala para evidenciar as lacunas no entendimento sobre o que é ser parte dessa

comunidade, sobre o que significa ver a si mesmo em alguma (ou mais de uma) dessas letras. Reconhecer-se como parte de uma minoria social pode ser assustador em diversos aspectos, mas a possibilidade de identificar-se com um grupo de notável história de luta traz esperança para LGBTs que desejam, também, viver suas sexualidades, gêneros e vidas plenamente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil sem homofobia: plano de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs / Conselho Federal de Psicologia. – Brasília, DF : CFP, 2019. 220 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf. Acesso em: 19/05/2020.
- GOMES, S. M. et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1120-1133, out. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi902018000401120&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 23/05/2020.
- NASCIMENTO, A. F. Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil contemporâneo. *Albuquerque. Aquidauana*, vol. 7, n. 13. p. 62-84, jan./ jun., 2015.
- ROSA, F. M. A. **A construção da visibilidade LGBT**: uma análise crítica do discurso jornalístico. 2010. 112f. Dissertação (mestrado em antropologia) – Instituto Universitário de Lisboa, 2010. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/3967>](http://hdl.handle.net/10071/3967). Acesso em: 19/05/2020.
- SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 26, n. 2, p. 290-300, ago. 2014 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi=71822014000200006-&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 23/05/2020.
- VIEIRA, L. C. Análise de discurso, estudos de gênero e sexualidade: um gesto de análise da produção de sentidos em discursos LGBT. In: *Encontro da Rede Sul Letras*, 5., 2017, Caxias do Sul. **Anais do 5º Encontro da Rede Sul Letras**. Caxias do Sul: UniRitter, 2017. V. 2, p. 111-121. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/anais-vo-III-rede-sul_2.pdf. Acesso em: 21/05/2020.

GÊNEROS DISCURSIVOS EMERGENTES

Ingrid Cristiane Inácio de Liz
Daiane Silva Bianchini
Kátia Eliane Muck

RESUMO

Este artigo aborda a importância da utilização adequada dos gêneros discursivos emergentes e a necessidade de comunicação através do surgimento de novas tecnologias, adaptando-se a um processo contínuo de transformação da sociedade. Tais tecnologias facilitam a comunicação e destacam a maneira pela qual os seus usuários também transformam sua maneira de interagir entre eles mesmos com esses meios. Através das redes sociais, suas aplicações e implicações na prática social, as semioses existentes e as contribuições para a sociedade em relação ao Ensino a Distância.

Palavras chave: gêneros discursivos emergentes; práticas sociais; comunicação

INTRODUÇÃO

O significado de comunicação transcende uma estrutura comportamental e intuitiva. Nos tempos mais remotos os homens se comunicavam pela

fala e usavam sons e símbolos. Na busca pelo conhecimento, esses meios evoluíram de maneira expressiva desenvolvendo o rádio, a TV, a internet e as redes sociais, mudando também a maneira como as pessoas percebem o mundo e se comunicam e resultando assim em novos gêneros discursivos (CAVALCANTI, 2018).

Uma importante ferramenta dessa evolução tecnológica é a internet, que surgiu inicialmente para uma necessidade profissional, passando para as residências e atualmente passou a seguir os usuários de maneira individual e permanente, o que impactou nos conceitos de comunicação. Tornando-se assunto para estudiosos em torno das transformações de opiniões e num novo tipo de linguagem. Esse instrumento consegue atingir e atrair todos os públicos e, considerando seu impacto no cotidiano das pessoas e velocidade na transmissão de informações, ela se torna importante, pois possibilita mudanças de comportamentos sociais (FERNANDES, 2016).

GÊNEROS DISCURSIVOS

A necessidade de buscar novas formas de comunicação

com outras pessoas surge em cada momento que a sociedade evolui, seja na área humana, social ou tecnológica. Sentimos essa necessidade de interagir com o outro, e a utilização da tecnologia é um meio inevitável que traz agilidade a esse processo, seja de maneira verbal ou escrita, de acordo com o gênero discursivo desejado.

Os gêneros discursivos são as "correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da sociedade" (1986a:65; 1996a; 165). Suas mudanças são determinadas por uma mudança dos sujeitos discursivos. Quando uma oração é limitada por uma mudança dos sujeitos, ela é transformada em um enunciado com uma oração. Cada enunciado é um elo em uma cadeia complexa de troca discursiva (BAKHTIN, 1986a, p. 65, 1996a, p. 165 apud BRAN-DIST, p. 77, 2012).

A variedade dos gêneros são infinitas, cada atividade humana comporta um significativo repertório de gêneros do discurso. Na atividade religiosa há a oração, na ação jurídica há a petição e o que realmente importa é a vinculação de um gênero com a esfera de atuação. Os gêneros estão em contínua alteração, desaparecem e aparecem, diferenciam-

-se ganhando um novo sentido à medida que as esferas das atividades se desenvolvem ficando mais complexas (BAKHTIN, 1997 apud FIORIN, 2016).

Portanto, a adaptação às novas formas de comunicação se faz necessária nas interações interpessoais. De acordo com Ponzio (2008, p. 102), "[t]oda inovação ideológica de gênero, de discurso, de registro pressupõe o passo obrigatório de ter assimilado tradições, práticas e modelos significantes pertencentes a outros modelos".

GÊNEROS EMERGENTES

Os gêneros virtuais são novas modalidades de gêneros textuais que se desenvolveram com o surgimento da internet, dentro do hipertexto, que possibilita a comunicação entre duas ou mais pessoas mediadas por um equipamento, o computador. Essa comunicação é conhecida como Comunicação Mediada por Computador (CMC), que se caracteriza pela escrita e múltiplas semioses como imagens, sons e texto escrito, por exemplo. A internet propiciou o surgimento de novos gêneros virtuais, uma nova forma de comunicação e de uso da linguagem e a comu-

nicação em tempo real e de maneira síncrona (HEINE, 2005).

O impacto das tecnologias digitais na vida contemporânea está apenas se fazendo sentir, mas já mostrou com força suficiente que tem enorme poder tanto para construir como para devastar. Três aspectos tornam a análise desses gêneros relevante: (1) seu franco desenvolvimento e um uso cada vez mais generalizado; (2) suas peculiaridades formais e funcionais, não obstante terem eles contrapartes em gêneros prévios; (3) a possibilidade que oferecem de se rever conceitos tradicionais, permitindo repensar nossa relação com a oralidade e a escrita. Com isso, o discurso eletrônico constitui um bom momento para se analisar o efeito de novas tecnologias na linguagem e o papel da linguagem nessas tecnologias. (MARCUSCHI, 2002).

TECNOLOGIA

O uso da tecnologia na atualidade representa uma forma de sobrevivência, praticidade, eficácia e modernização. A definição da palavra tecnologia tem origem grega (techne — técnica, arte, ofício; e logia — estudo). Pode ser definida como um conjunto

de conhecimentos e princípios científicos que com a finalidade de planejamento, construção e utilização de um equipamento e um tipo de atividade, ou seja, a tecnologia não se restringe a equipamento; ela engloba a totalidade das coisas criadas pelo cérebro humano. (OLIVEIRA, CASAGRANDE & GALERANI, 2016).

A tecnologia é resultado do raciocínio humano, por meio da criação e inovação de ideias, que colocados em prática dão origem aos equipamentos, ferramentas e recursos. A tecnologia acompanha a humanidade desde seu começo, como necessidade de sobrevivência, e assim evolui e se adapta a sociedade e época. Mas com o passar do tempo a finalidade de defesa se transformou em desejo de ataque e dominação, a posse de equipamentos traz a conquista e dominação culturais. (OLIVEIRA, CASAGRANDE & GALERANI, 2016).

Os vínculos entre conhecimento, poder e tecnologias estão presentes em todas as épocas e em todos os tipos de relações sociais. A globalização das finanças e da economia redefine e cria uma divisão social em que no mundo desenvolvido e rico predomina as mais

novas tecnologias e seus dobramentos na economia, na cultura e sociedade. E quem não dispõe dessa realidade são os excluídos e subdesenvolvidos. O surgimento de um novo tipo de sociedade tecnológica é determinado pelos avanços das tecnologias digitais de comunicação e informação, que quando disseminadas alteram as qualificações profissionais e a maneira como as pessoas vivem e se relacionam com o mundo. (KENSKI, 2007).

REDES SOCIAIS

As pessoas estão inseridas na sociedade por meio das relações que desenvolvem durante toda sua vida, primeiro no âmbito familiar, em seguida na escola, na comunidade em que vivem e no trabalho; enfim, as relações que as pessoas desenvolvem e mantêm é que fortalecem a esfera social. A própria natureza humana nos liga a outras pessoas e estrutura a sociedade em rede. (TOMAÉL, ALCARÁ & CHIARA, 2005).

Segundo Fernandes (2016), a partir do ano 2000, iniciou-se a difusão de informação e de conhecimento por meio de redes sociais virtuais, popularizando uma nova linguagem. Pode-se dizer que parte do sucesso da

nova tecnologia deve-se ao fato de reunir num só meio várias formas de expressão, tais como texto, som e imagem, o que lhe dá maleabilidade para a incorporação simultânea de múltiplas semioses, interferindo assim na natureza dos recursos linguísticos utilizados (MARCUSCHI, 2002).

As redes sociais são comunidades virtuais que conectam pessoas com interesses ou características comuns, produzindo uma rede de relacionamento através do cruzamento de informações. Exemplo disso é o Facebook, que contribuiu para transformar a forma de comunicação entre as pessoas. A internet é a forma de linguagem com mais aceitação nas sociedades mundiais, sua praticidade e interatividade satisfazem os desejos de usuários de todas as idades, pois a utilização de mensagens eletrônicas, utilizando gírias, abreviando palavras e alterando suas grafias, é parte integradora do processo de transformação linguística do século XXI e, provavelmente, ainda virão aspectos mais revolucionários (FERNANDES, 2016).

As redes sociais surgiram como um grande influenciador da consciência coletiva, unindo grupos e pessoas, levando cultura opinião e conceitos.

Estamos vivendo um momento onde tudo parece tão fácil ao alcance de um clique e a troca de conhecimento se desenvolve na velocidade da luz para atender ao anseio da sociedade por conhecimento (CAVALCANTE, 2018).

APLICAÇÕES

PRÁTICA SOCIAL

Ingressando na era digital, da multimídia, da união e articulação dos mais variados meios de comunicação, vive-se um momento de transição nas tecnologias de informação. As redes informatizadas que existem hoje são apenas um embrião das possibilidades do que ainda está por vir (SOUZA & GIGLIO, 2015). As mídias se ampliam para atender as necessidades de comunicação, criando novas formas de colaboração, compartilhamento e interação. Como exemplos atuais podemos citar: as de natureza mais colaborativas, as wikis; as mais dedicadas ao compartilhamento, como o YouTube; e as mais interacionais, como os Blogs, Twitter, Tumblr e Facebook. (SHEPHERD & SALIES, 2013).

IMPLICAÇÕES

Estamos presenciando uma nova explosão de gêneros textuais orais ou escritos, devido o surgimento da era digital. Porém não são os meios de comunicação que originam novos gêneros textuais e sim a intensidade de uso deles. Salienta-se que os ditos gêneros novos não o são em sua essência, eles são adaptações e readaptações do que já existia (SILVA, 2012).

A internet é uma nova forma de comunicação que vem fazendo uma revolução na linguagem. A comunicação mediada pela fala tem características diferentes da comunicação mediada pelo computador. São vários os efeitos na língua desse novo meio de comunicação, tais como inúmeras abreviações, falta de letras maiúsculas e de acentos, utilização de termos em inglês e a ortografia fora do padrão. Isso tudo é um procedimento corriqueiro em ambientes de conversa. A língua tem determinados registros, e o único cuidado que devemos ter é que essas características utilizadas na comunicação pelo computador não sejam utilizadas pelas crianças nas escolas (SHEPHERD & SALIES, 2013).

A interação da massa, deu origem a uma linguagem que

foge do convencional, o *internetês*, utilizada no meio virtual. As concordâncias nominais e verbais, a paragrafação e a pontuação deixaram de existir e o surgimento de codificações como os emoticons ou *smiles* são utilizados para representar as emoções das pessoas que fazem uso dessa comunicação (SILVA, 2012).

SEMIOSES DAS REDES SOCIAIS

As novas tecnologias trazem uma mistura de elementos semióticos em que os gêneros emergentes se mesclam e se confundem em suas características, sendo possível agregar imagens, sons e efeitos especiais em um texto escrito, o que era impossível antigamente; e a linha que separa os gêneros orais dos gêneros escritos, atualmente é muito tênue (SILVA, 2012).

As redes sociais atuais como Facebook, Twitter, LinkedIn, Whatsapp, Snapchat, entre outras, são utilizadas mundialmente e diariamente por seus usuários com o propósito de disseminar informações interpessoais, contribuindo para as atividades de e-commerce e de relações de trabalho.

CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS

EMERGENTES PARA A SOCIEDADE

Os gêneros emergentes surgem da interação virtual com múltiplas semioses existentes atualmente, tornando-se possível a aproximação das pessoas mesmo distantes umas das outras, contribuindo com a disseminação de informações em tempo real mundialmente, através dos meios de comunicação tecnológicos.

A tentativa constante de modificar a natureza por meio da tecnologia (maquinação) seria a base de toda a cultura, dando origem a uma nova civilização, iniciada pelas tecnoimagens, em que o pensamento em superfície (imagens) absorveria o pensamento linear (escrita), o que seria uma mudança radical no ambiente, nos padrões de comportamento e em toda a estrutura da sociedade. Ou seja, um panorama em que as imagens técnicas superariam a importância dos textos na disseminação de informações (FLUSSER, 2007, apud VERGILE, 2014, p. 15).

A necessidade de comunicação aliada à facilidade da utilização da tecnologia contribui para uma sociedade bem mais informada, com acesso à vários mecanismos de comunicação instantânea; é o mundo em nossas mãos. Mas é preciso

analisar, saber diferenciar e utilizar para o bem comum a informação recebida.

O PAPEL DA EAD EM RELAÇÃO AOS NOVOS GÊNEROS EMERGENTES

O Ensino a Distância (EaD) é tendência na área educacional. O rápido alastramento do estilo digital engendra novos comportamento de aprendizagem, novas racionalidades, novos estímulos perceptivos e não apenas o uso de novos equipamentos para a produção e apreensão de conhecimento, nos obrigando a não mais ignorar sua presença e sua importância (KENSKI, 2015).

A todo momento temos provas de que os atuais avanços tecnológicos provocam transformações nas formas de comunicação, nos processos produtivos, na organização do trabalho e na consequente formação de recursos humanos. As inovações tecnológicas e seus impactos nas práticas de leitura e de escrita atuais nos leva a pensar que devemos trabalhar com gêneros digitais nas escolas. Portanto, é importante que sejam elaboradas, desenvolvidas e implementadas propostas para a integração dessas tecnologias no cotidiano

escolar, a partir de conteúdos curriculares específicos (VILLELA, 2010).

CONCLUSÃO

Considera-se que os gêneros discursivos evoluem à medida que a sociedade evolui e necessita de novas formas de comunicação. E a tecnologia é uma ferramenta que agrega e facilita muito a comunicação emergente na sociedade. As várias semioses existentes e as suas aplicações em nosso dia a dia resultam em uma comunicação simples e acessível praticamente à toda a sociedade, que se adapta a esses novos gêneros, criando novas formas de interagir. Seja na área pessoal, educacional ou profissional, a comunicação utilizada através dos gêneros emergentes da tecnologia otimiza o tempo nos processos, aproximando as pessoas mesmo estando longes.

REFERÊNCIAS

- Ana Maria Nápoles VILLELA, 2010. Nehte. **Teoria e prática dos gêneros digitais nos documentos oficiais da área de letras**. Disponível em: [http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/p-w/teoria-e-pratica-dos-geros-dig itais.pdf](http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/p-w/teoria-e-pratica-dos-geros-dig-itais.pdf). Acesso em 11 dez. 2019.
- BRANDIST, C. **Repensando o círculo de Bakhtin: novas perspectivas na história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3515/pdf>. Acesso em 11 dez. 2019.
- CAVALCANTI, Y. **A Comunicação Social Mídia e Evolução**. YAPONAN CAVALCANTI, 2018, p. 161.
- FERNANDES, E. A. **A evolução da comunicação impactada pela tecnologia**. Ideias & Inovação, Aracaju, v. 3, n.2, p. 93-102, 2016.
- FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/36804/pdf>. Acesso em 11 dez. 2019.
- HEINE, P. **Considerações sobre o hipertexto e os gêneros virtuais emergentes no seio da tecnologia digital**. In: Revista Inventário. 4. ed., jul/2005.
- KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. São Paulo: Papirus, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2264/pdf>. Acesso em 15 nov. 2019.
- MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital**. Texto da Conferência pronunciada na 50ª Reunião do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, USP, São Paulo, 23-25 de maio de 2002.
- OLIVERA, J.; CASAGRANDE, N. M.; GALERANE, L. D. J. **A evolução tecnológica e sua influência na educação**. Revista Interface Tecnológica, [SI], v.13, n.1, p. 16, dez, 2016.
- PONZIO, A. **A revolução Bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contem-**

porânea. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1553/pdf>. Acesso em 01 dez. 2019.

SHEPHERD, T.G; SALIES, T.G. **Linguística da internet**. São Paulo: Contexto 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/4129/pdf>. Acesso em 15 nov. 2019.

SILVA, R. C. P. **A linguística textual e a sala de aula**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6232/pdf>. Acesso em 15 nov. 2019.

SOUZA, M. V.; GIGLIO, K. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária**. Vol. 1. São Paulo: Blucher, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/162859/pdf>. Acesso em 15 de nov. 2019.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; CHIARA, I. G. D. **Das redes sociais à inovação**. Revista Ciência da Informação Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005.

VERGILI, R.; **Relações públicas: mercado e redes sociais**. 1 ed. São Paulo; Summus, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42251/epub>. Acesso em 01 dez. 2019. Acesso em 11 dez. 2019.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO FERRAMENTA DE LIBERTAÇÃO

¹Magnus de Souza

RESUMO

No início deste século, muito tem sido falado sobre a qualidade do ensino, quais as estratégias ou investimentos necessários para melhorar a aprendizagem dos alunos no Brasil. Apesar de ser lei no nosso país, muito pouco tem se buscado em relação à formação integral do estudante, o quanto a escola contribui para o seu desenvolvimento enquanto pessoa e o seu futuro profissional, focando basicamente em alcançar índices de aprovação e permanência na escola. A Educação Integral deve compreender diferentes aspectos físicos, motores e cognitivos, levando em consideração as diferentes realidades sociais, econômicas, culturais e regionais. A escola não deve ser uma mera repassadora de conhecimentos isolados e sim criar currículos e ferramentas pedagógicas integradas, possibilitando aperfeiçoar ao máximo a maneira com que proporciona o ensino. Desta maneira, o país, além de ter cidadãos com excelente formação, terá

um aumento nos índices que avaliam a qualidade do ensino. Neste artigo, busca evidenciar a necessidade de construir um projeto de ensino que seja mais completo, o qual proporcione qualidade no processo de ensino e aprendizagem, mas, que depende de grandes mudanças, tanto do poder público, quanto da sociedade.

Palas-chave: Educação, Integral; Qualidade; Estudante.

INTRODUÇÃO

Educação poder ser entendida como o ato de instruir, transferir conhecimentos e informações, podendo ocorrer dentro de grupos familiares e sociais. Esses conhecimentos são transferidos de maneira informal ou empírica, diferenciando-se através da metodologia utilizada.

A educação, geralmente é confundida com cultura, valores e respeito. Esses últimos devem ser adquiridos principalmente no âmbito familiar, já a educação formal é condicionada principalmente a instituições organizadas, como escolas.

Na medida em que as sociedades foram evoluindo,

¹ Licenciatura e especialização em geografia e história, mestre em desenvolvimento regional. Professor na rede estadual de Santa Catarina.

também foram mudando as metodologias de ensino. Atualmente tem se falado cada vez mais em qualidade de ensino, em maneiras de proporcionar uma maior efetivação da absorção do conhecimento, potencializando as habilidades dos indivíduos.

O conceito de Educação Integral engloba essa evolução do ensino, onde se busca a eficiência do ser. Nesse modelo, o objetivo maior é a plenitude do indivíduo, cada qual com suas características e capacidades, ou seja, algo que valorize cada um, sem deixar a coletividade de lado.

Neste artigo busca exemplificar o conceito de Educação Integral, tentando distinguir da educação em tempo integral. A necessidade de entender esses modelos serve para esclarecer que ambos podem acontecer juntos, mas não são iguais, pelo contrário possuem objetivos bem distintos.

No decorrer do estudo são expressas diretrizes que mostram a necessidade de proporcionar uma formação integral do ser, justificando que o modelo de ensino predominante não consegue atender os anseios na sociedade.

AS DIFERENÇAS ENTRE EDUCA-

ÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação Integral pode ser entendida como um modelo de educação e formação escolar onde o sujeito é atendido em todas as suas dimensões, dentre elas a intelectual, física, emocional, social, econômica e cultural. Para atender a todos esses aspectos do ser, se fazem necessários desenvolver projetos coletivos, envolvendo o estudante, as famílias, a escola, a comunidade e o poder público.

Muitas vezes, Educação Integral é confundida com educação em tempo Integral. Neste último modelo é oferecido dentro do espaço escolar um período maior para a permanência do aluno, onde geralmente, são desenvolvidas atividades para ocupar o tempo da criança e do jovem. Nesse sistema, frequentemente questionado, com frequência é percebido que não são atendidas as reais necessidades do aluno e da comunidade.

Como escreveu em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996, p.66) destaca que a educação deve ser libertadora, proporcionando meios para que o sujeito encontre maneiras de promover o seu desen-

volvimento como um todo, usando as capacidades e meios próprios. Desta maneira, podemos analisar que a escola deve ser um lugar de entendimento, ou seja, verificar quais as necessidades do aluno e da comunidade e assim promover meios para amenizar as mazelas sociais.

A Constituição do Brasil de 1988 no artigo 206 e a Lei de Diretrizes e Bases, lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, enfatizam que o acesso à escola é para todos de forma gratuita, acessível e que gradativamente o ensino deve acontecer em tempo integral. Para tentar colocar em prática o que consta na legislação, o poder público organizado, vem ao longo das últimas décadas desenvolvendo programas que aumentam o tempo diário do aluno na escola.

A Educação Integral é uma proposta considerada nova, a qual surgiu para tentar atender as demandas do século XXI, tendo como objetivos formar cidadãos críticos e responsáveis por promover mudanças necessárias ao seu autodesenvolvimento. É uma interação entre o que se aprende na escola e o que pode ser aplicado na prática, levando em conta as diversidades regio-

nais, culturais, sociais, ambientais, fazendo uso de diferentes ferramentas para diminuir as desigualdades.

A formação integral deve ter um conjunto de princípios insubstituíveis, como a centralidade aos educandos, ensino personalizado, aprendizagem permanente, currículo integrado, metodologia inclusiva, gestão democrática, gestão e avaliação das atividades de maneira democrática.

A centralidade ao aluno indica que todas as dimensões do projeto pedagógico são construídas e permanentemente avaliadas de acordo com os interesses e necessidades de cada realidade. O currículo, bem como as práticas educativas é construído na perspectiva que o aluno tenha uma bagagem de conhecimento capaz de atender suas necessidades futuras.

Para essa formação é imprescindível que os educadores detenham um amplo conhecimento, tanto de sua área de formação quanto das múltiplas formas pelas quais as crianças e jovens precisam desenvolver para ter um aprendizado de qualidade. Deve existir uma pluralidade de métodos e intervenções que podem ser colocados em prática a partir

de suas necessidades, interesses e dos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento definidos no currículo.

Ainda sobre os educadores, é fundamental que tenham autonomia para reconhecer as demandas dos alunos, as oportunidades que se colocam no processo de ensino-aprendizagem e para construir estratégias personalizadas.

Na Educação Integral deve ser reconhecido que as crianças e os jovens são sujeitos de direitos, atores que apesar das diferenças sociais, econômicas e culturais, possuem papel central no meio escolar. Cada ser, na sua individualidade criam suas culturas e interagem com seus colegas e instituição de ensino, provocando uma troca de saberes. São essas diferentes particularidades que devem ser valorizadas e que precisam de um espaço para criação, que é a escola.

A multidimensionalidade dos sujeitos de aprendizagem somente é contemplada em todos os aspectos de ensino, quando acontece a interação de múltiplas estratégias, as quais garantam o desenvolvimento não apenas intelectual, mas também social, emocional, físico e cultural. O desenvolvimento integral do ser é o

elemento central da proposta formativa da Educação Integral.

Na Educação Integral, os conteúdos curriculares formais se articularam com os saberes e necessidades dos alunos e comunidade. Os seres envolvidos dialogam com diferentes linguagens e compõem experiências formativas que envolvem e integram o conhecimento do corpo, das emoções, das relações e códigos socioculturais.

A escola para poder implantar a Educação Integral necessita romper com o currículo fragmentado, nos quais as disciplinas são ensinadas de maneira isoladas. Ao promover a interdisciplinaridade, a escola não deixa de trabalhar os conteúdos já estabelecidos, mas os desenvolve de maneira em que aumente a efetivação da aprendizagem.

Uma escola que adote a perspectiva de integralidade deve manter os objetivos de expectativas de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos, ao mesmo tempo em que oferece instrumentos para que todos aprendam e se desenvolvam integralmente. Isso demonstra que todos os alunos são capazes de aprender e que para isso as estratégias de-

vem ter clara intencionalidade pedagógica e compor um planejamento integrado.

A proposta de integralidade é uma metodologia inclusiva, a qual respeita todas as diferenças representadas pelas deficiências, origem étnica, condição econômica, origem geográfica, orientação sexual, religiosa ou qualquer outro fator. É necessário reconhecer e abolir barreiras arquitetônicas, políticas, culturais e atitudinais para que todos os espaços sejam inclusivos e que a diversidade se constitua não apenas como um valor, mas também como uma oportunidade de desenvolvimento de crianças e jovens em suas diversas dimensões.

Para garantir a pertinência de um projeto pedagógico e a efetividade das suas estratégias, é fundamental a participação educativa, decisória e avaliativa de todos os envolvidos, em todas as etapas do processo: do planejamento ao acompanhamento dos resultados.

A democracia na gestão escolar também é um princípio da formação integral. A gestão também é um projeto pedagógico, servindo de modelo para a comunidade escolar, onde os processos administra-

tivos são maneiras de mostrar que a democracia é uma forma de ensino de cidadania e respeito, principalmente com o patrimônio público. As ações e resultados da escola devem ser entendidos como resultado da participação de cada membro, direção, professores, alunos e comunidade, onde o sucesso e o fracasso devem ser compreendidos como parte de cada um e não somente da equipe gestora.

O modelo de Formação Integral deve ser um projeto público e não de governo. Para tanto se faz necessário que sejam criadas ferramentas para a continuidade do mesmo, o qual deve ser capaz de superar as trocas de governo e suas governanças.

A COMPLEXIDADE DA FORMAÇÃO INTEGRAL

É de senso comum saber que a escola é o local onde se encontram todas as diferenças e peculiaridades da sociedade. Essas diferenças podem ser muito valorosas quando filtradas e aproveitadas nas políticas pedagógicas, mas, se o educandário não conseguir pautar essas diferenças e conduzi-las de maneira que contribua para o aprendizado, tudo

isso pode ser o motivo do fracasso no processo de ensino.

Como já exposto, é na escola que se descobre, no sentido de conhecer, que a sociedade na qual esta inserida, é munida de diferentes classes socioeconômicas, culturas, credos, etnias, valores e tantas outras formas de influência.

O desafio pedagógico já não é mais a transmissão de conhecimento, na óptica do racionalismo e da fragmentação, segundo uma lógica mecanicista, mas considerar as interdependências e as incursões de diversas áreas para construir olhares mais abrangentes sobre o ser humano, a natureza, o conhecimento e o processo de conhecer. (STRIEDER, 2014, p 86)

Não vivemos mais em sociedades isoladas, mas em um meio onde sofremos influências do mundo todo, bem como também, contribuímos com parte dessas influências. Em uma sociedade conectada como a nossa, a escola deixou de ser o centro das informações, como foi durante muito tempo. Essa competitividade, muitas vezes não é levada em conta para entender o quanto é necessário conciliar os modelos sociais locais com os globais.

A realidade de uma escola é munida de alunos que possuem dificuldades de apren-

dizagem devido a problemas de ordem física ou mental, de falta de propósitos com comportamentos adquiridos em seu meio familiar e social, que acabam dificultando na formação.

Além da peculiaridade dos alunos, a formação e atuação dos professores devem ser mais bem analisadas, já que é notório que cada profissional conduz sua aula de acordo com seus princípios e conhecimentos, mesmo que siga o currículo escolar. Não tem como negar que a contribuição da conduta do professor é representativa na formação de seus alunos.

Na concepção de Freire (1996, p.140), precisamos de uma formação humanística, onde a escola deve passar para a concepção que precisamos de pessoas mais coerentes, construtoras de igualdades sociais e econômicas. O que tem acontecido é o contrário, a elitização de poucos e opressão da maioria, onde essa maioria serve como ferramenta de ascensão das classes dominantes.

A Educação Integral é o desenvolvimento do aluno como um ser capaz de produzir e usar o seu potencial de empreendedor. O que tem acontecido é a educação bancária, como Freire frisava, um modelo que

perdura ao longo da história, a qual sempre visou à formação de profissionais que sigam o sistema, pessoas que engrossam as filas de empregos que necessitam de pouca qualificação.

Essa complexidade que existe na sociedade, tanto de valores morais e econômicos, quanto de interesses políticos, faz com que a escola se torne palco de parte desses conflitos. É na escola que em muitas vezes se perpetua o interesse dos grupos que comandam a política, onde a escola age de acordo com a ideologia operante.

Segundo Follmann (2003, p.50), cada aluno é um ser único. Cada um traz consigo uma bagagem cultural e com diferentes perspectivas sobre o que quer alcançar na vida. Assim, podemos perceber que é nesse meio que deve ser buscada uma formação alocada com a realidade, ou ao menos, que seja mais abrangente, sempre buscando a formação ampla, na qual não basta saber o conteúdo, mas despertar as competências para usá-los.

A FORMAÇÃO HUMANA NÃO ACONTECE SOMENTE NA ESCOLA

É de senso comum que o ser humano esta em permanente aprendizado, seja empírico ou informal. Em toda a sua trajetória de vida, a pessoa vai adquirindo inúmeras informações e ao chegar à escola já possuiu um variado contingente de conhecimentos, dos quais pode ajudar ou dificultar a aquisição dos conteúdos curriculares.

Assim, a formação não acontece somente na escola, já que o aluno chega munido de uma variada gama de informações e conhecimentos. Dependendo de sua base familiar, origem econômica e cultural, o aluno já vem com conhecimentos que influenciam diretamente nas aulas. Isso pode ajudar ou dificultar o desenvolvimento do aprendizado, onde o professor pode ter mais facilidade ou dificuldade em desenvolver seu trabalho.

O estereótipo de que a educação começa na escola é uma falácia que deve ser corrigida. A educação, por ser muito abrangente, vai desde os valores éticos e morais, passando pelos conteúdos programáticos, chegando até a perspectiva de atuação profissional do aluno.

Aqueles alunos que vem de uma base onde os valores e preceitos morais visam uma

conduta exemplar tendem a buscar o conhecimento escolar como uma ferramenta e ascensão pessoal. Os que não vislumbram a escola como um meio de apropriação de conhecimentos necessários para a sua carreira e vida social, terão a sala de aula como um ambiente nada agradável, muitas vezes chegando ao ponto da indisciplina, criando altos índices de repetências.

A escola não pode ser um local de repulsão, aonde o aluno chega obrigado e sai aliviado por ter cumprido com sua obrigação. O conceito de obrigação nos remete ao dever cumprido, tarefa que apesar de ter vontade ou não, deve ser realizada. Assim, o aluno que chega à escola por obrigação, não vai ter o mesmo interesse e desempenho daqueles que buscam o aprimoramento do seu conhecimento para obter sucesso nas diferentes áreas.

O interesse em absorver ao máximo o que a escola tem a oferecer, deve vir de berço, ou seja, de casa. É na base familiar que a criança deve entender que a escola é um local para somar, a qual é fundamental para a ascensão da sociedade como um todo e não como um local para passar o tempo e resolver conflitos socioeconômicos.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

De acordo com a Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2013), a metade das escolas públicas do país terá que oferecer até o ano de 2024, educação em tempo integral. Esta Lei tem como base o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases, lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, a qual prevê o pleno desenvolvimento do ser humano, que é a Ideia de Educação Integral a qual coincide com o tempo integral. A escola para poder dar conta de tantas áreas de conhecimento e de tantas particularidades dos alunos e comunidade, precisa de mais tempo de permanência do aluno na mesma.

O tempo de permanência do aluno na escola no Brasil é um dos menores do mundo. No (PNE, 2013), o mínimo de permanência dos alunos na escola é de 7 horas diárias, tendo um currículo diversificado, que seja capaz de qualificar o aprendizado. Salientando que esse tempo deve ser compartilhado com os demais setores públicos, como o social, visando um trabalho compartilhado. '

Apesar de a lei existir, os investimentos na educação ainda

são insuficientes. Não é possível tratar sobre formação integral sem o comprometimento do poder público, demandando mais recursos financeiros para os setores de ensino. O que se percebe é uma propaganda intencionalmente distorcida, focando o tema tempo integral, para fazer com que a população acredite que o poder público está fazendo a sua parte. É necessário deixar claro a diferença entre o tempo na escola e a formação lá desenvolvida e se a escola tem a estrutura física, humana e financeira para colocar em prática a Educação Integral.

A sociedade brasileira, de maneira geral, precisa repensar a função da escola, desmistificar o conceito de que é à base da formação. A população não deve ver a escola como apenas um local de passagem do aluno, o qual tem uma data para entrar e para sair e sim, como mais um local aonde a sociedade tem o aporte de desenvolvimento.

O POTENCIAL TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Como Freire (1996, p. 46), escreveu em *Pedagogia da Autonomia*, o cidadão deve ser livre, no sentido de ser capaz

de saber fazer as suas próprias escolhas. No entendimento do autor, essa capacidade só acontece se durante o processo formativo escolar e social, o aluno tiver acesso a uma educação aberta, a qual seja capaz de contar as diferentes versões da história, não somente a história polida pelas classes dominantes.

Um povo esclarecido pode ser um perigo, pode fazer revoluções, elegendo lideranças honestas e comprometidas, desenvolver conhecimentos, aumentar o índice de qualidade de vida, promover a economia, gerar empregos, e tantas outras possibilidades.

As mazelas sociais não são resolvidas por dois fatores principais, um deles é a falta de interesse político e outro pela incapacidade de autodesenvolvimento da população. E nesse caminho a Educação Integral deve andar, proporcionando políticas públicas com maior eficiência social e uma população que consiga promover o seu próprio desenvolvimento.

Portanto, devemos ficar atentos ao que Freire já alertava sobre os interesses que existem em relação à educação, na qual frequentemente é notado que:

[...] do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista "pela metade". (FREIRE, pg 111, 1996)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a urgência que se crie um modelo de educação que seja mais completo, no sentido de promover uma educação mais ampla no desenvolvimento humano. A educação engessada, conteudista, a qual o aluno não vê sentido no que esta sendo ensinado, não vem mostrando bons resultados.

Ao analisar os autores e a legislação citados no texto, reforça a ideia de que a educação escolar deve ser uma ferramenta de desenvolvimento pessoal, que sirva para eliminar as barreiras socioeconômicas. Todo ser humano tem potencial de autodesenvolvimento, basta ser estimulado e isso deve acontecer principalmente na escola.

A Educação Integral é muito mais do que manter o aluno na escola, é usar o tempo

com maior eficiência, estimular as múltiplas habilidades do ser como um todo. O estudante precisa entender que não existem limites para as conquistas pessoais e profissionais.

Para que aconteçam mudanças significativas nos sistemas de ensino, são necessários grandes investimentos, principalmente financeiros. Outro item importante é o comprometimento público para financiar tudo isso, além da sociedade para dar amparo, valorizando a escola, entendendo que é mais uma local de aprendizado e não o único.

REFERÊNCIAS

FOLLMANN, José Ivo. **Transdisciplinaridade e Universidade: uma proposta em construção.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

STRIEDER, Roque. **Avaliação como oportunidade de aprendizagem: um olhar transdisciplinar.** Campinas, SP: Letras, 2014.
<http://www.planalto.gov.br>: **Constituição Federal 1988.** Acesso em 20 de abril de 2020.
<http://pne.mec.gov.br/>: **Plano Nacional de Educação.** Acesso em 10 de abril de 2020.
<http://portal.mec.gov.br/>. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996.** Acesso em 20 de abril de 2020.

UMA BREVE VIAGEM AO UNIVERSO TEXTUAL

Marinês Zembruski Brun

RESUMO

Na concretude deste artigo, a pretensão é abordar estudo relativo à compreensão de aspectos pertinentes ao ensino e à aprendizagem no que tange à produção textual sob o olhar de estudiosos do assunto. A pesquisa aponta entendimentos de conceitos relacionados à linguagem, ao conhecimento, à educação, a relevância que a Produção Textual possui no desenvolvimento intelectual dos envolvidos, a busca de possibilidades de visualização de novos meios para a produção textual e sua importância na vida contemporânea do ser humano em sua integralidade. Por final, enseja nova perspectiva sobre a prática do texto e da educação, sinalizando marcas de um quadro no qual a valorização humana se concretize como processo permanente de bem-vivência.

Palavras chave: Educação – Linguagem – Produção Textual – Humanização.

ESTABELECENDO LAÇOS

Os interstícios da educação apresentam-se permeados de aprendizagens e vivências em um processo simbiótico vital e cognitivo. O ato de educar caracteriza-se como uma propriedade auto-organizativa da vida e do mundo, a iniciar em cada ação cotidiana que envolve educador e educando. Relação que se expande a um todo social e deve concretizar-se em um processo permanente de ajustes em torno da busca de um estado de bem-vivência consigo mesmo e com os outros.

Para que se encaminhe tal possibilidade é imprescindível que haja ação reflexiva e firmamento de valores, os quais possam concretizar-se em alicerces para aprendizagens vitais. O aprender deve conceituar-se em uma busca constante e profundamente consciente de significação de si, do outro e do mundo.

O futuro sempre se caracterizou como uma incógnita para o ser humano. Em termos de educação, atualmente, é primordial estabelecer algumas visualizações e tendências. É imprescindível redirecionar o futuro durante a contemporaneidade. Enfocar rumos e estabelecer objetivos e ações que possam garantir o educar

na sociedade mundial, a qual está envolta em redemoinhos conceituais de escola, temporalidade, educação, conhecimento, ética, ciência, e tantos outros.

É momento de visualizar a educação sob novos ângulos, de sinalizar marcas de um novo quadro, no qual a valorização humana se concretize realmente em um processo de bem-vivência.

A aprendizagem prazerosa e significativa deve apresentar-se como desafio a ser vencido, pouco a pouco, através de relações afetivas e efetivas surtidas da vivência cotidiana, desde os mais amplos contatos até os restritos a educadores e educandos. É esta uma relação significativa. Quanto mais preponderante, mais e maiores resultados positivos surtirão. A significação almejada pode se concretizar por meio de vivências em sala de aula, e, na ausência dela. E a produção textual é um momento propício, no qual é possível transpor e propor justamente essa significação de si, do outro e do mundo. Deve definir-se, pois, como momento especial de criação de laços, de reciprocidade, de vivência e aprendizado.

PELOS INTERSTÍCIOS DA PRODU-

ÇÃO TEXTUAL – DESCORTINANDO

Acabamos de adentrar o terceiro milênio e tudo o que nos envolve avança velozmente. O avanço científico e tecnológico requer profissionais cada vez melhores preparados, criativos, ousados, capazes de enfrentar e superar os desafios atuais e criar novos, especialmente na área da educação.

Diante de uma sociedade cada vez mais exigente e excludente, precisamos repensar constantemente a nossa prática pedagógica, questionarmos cada vez mais sobre a prática educativa que desejamos, ou que nos é possível, vivenciar. Pensamos que, como educadores, devemos ter como referência o processo sócio-histórico-cultural de nosso país, e então, partir para temas/ assuntos que permeiam a realidade do educando para que este possa retratar e expressar seus pensamentos, sugestões, opiniões.... Essa prática pode acontecer de forma especial durante a Produção Textual. A partir do momento em que se escreve, seja uma poesia, paródia... pode-se estar construindo a própria história e a própria identidade e, produzir um tex-

to, um ato julgado tão complexo, pode e deve tornar-se, ao contrário, prazeroso.

A Produção de Textos cada vez mais exige novas formas de conhecimento, por isso, a importância de trabalhar sob a ótica de sua multidimensionalidade. Nesse sentido, é fundamental analisar o que falta aos alunos e professores para que esse processo se concretize.

A prática de produzir textos representa o contexto histórico, social, cultural e econômico vigente. Por isso, qualquer texto produzido deverá refletir os aspectos presentes e, o mais importante é que eles sejam escritos com prazer. Para que ele seja desenvolvido com eficiência, deve-se proporcionar as condições necessárias para desenvolver a criatividade e o senso crítico. É importante salientar que a produção textual não deve cair no vazio, na insignificância, também não pode ser trabalhada como uma ação mecanicista.

Precisamos estar convictos de que a habilidade de escrever é fundamental e o ato de escrever é um aprendizado que chama, veementemente, à ação.

FOCALIZANDO CONCEITOS DE LÍNGUA, SUJEITO, TEXTO E SEN-

TIDO

Para melhor compreendermos o texto e suas propriedades devemos entendê-lo não como um simples artefato linguístico formado apenas por organizações de letras e sons, ou um emaranhado de palavras que apenas formam sentenças de sentido literal. É preciso compreendê-lo e encará-lo como sendo um "lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como um evento, portanto em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais" (Beaugrande, 1997), que estabeleçam interações entre os objetos do discurso apresentando escolhas operacionalizadas entre os coenunciadores e suas possibilidades de organizar seus textos, oferecidos pela língua.

Entendendo desse modo, perceberemos o texto como uma construção histórica e social, cheio de segredos e mistérios envolventes, a qual ocorre justamente pela linguagem, que é uma ação constitutiva de interação.

Enquanto você lê estas palavras, está tomando parte de uma das maravilhas do mundo natural. Você e eu pertencemos a uma espécie dotada de uma admirável capacidade, a de formar ideias no cérebro dos

demais com esquisita precisão. Eu não me refiro com isso à telepatia, o controle mental ou as demais obsessões das ciências ocultas. Aliás, até para os crentes mais convictos, estes instrumentos de comunicação são pífios em comparação com uma capacidade que todos possuímos. Esta capacidade é a linguagem" (KOCK; VILLAÇA, 2002, p.13).

Embasando-se nas afirmações citadas, e tão convictas e envolventes, vamos embrenhar-nos em alguns conceitos. Primeiramente sobre Língua e Sujeito.

Se entendermos língua como representação do pensamento, teremos um sujeito psicológico, individual, que elabora sua imagem mental desejando que esta seja entendida pelo interlocutor tal qual foi elaborada mentalmente. Mesmo assim, esse sujeito é histórico e social, faz parte da construção da sociedade e interage nela. É, portanto, sujeito social, interativo, porém, detém o domínio de suas ações.

Se entendermos a língua como estrutura, entenderemos o indivíduo como *assujeitado* pelo sistema – linguístico e social - ao qual pertence e caracteriza-se como "não-consciência".

Podemos conceber classicamente o sujeito como:

A) responsável pelo sentido da enunciação com consciência individual na utilização da linguagem. Vê-se, aqui, a interpretação como descoberta da intenção do falante.

B) "Assujeitamento" – como afirmava Possenti (1993), o discurso não pertence ao indivíduo, tampouco sua vontade: sua consciência, quando existe, não é produzida por ele ou dentro dele, e ele pode ou não saber o que diz e faz. A voz é de um sujeito anônimo, social, e, em dado momento, o indivíduo ocupa o lugar de locutor e é dependente, repetidor, porta-voz de um discurso já existente.

O mesmo autor põe em xeque tais afirmações, questionando:

Para que o sujeito possa ser concebido como algo mais que um lugar por onde o discurso passa, vindo das estruturas, é necessário fazer a hipótese mínima que ele age. Que, por exemplo, para compreender textos, não basta que ele ocupe um lugar, é necessário que ele produza uma atividade. (...) Para a compreensão de textos são necessários, além do conhecimento linguístico, conhecimentos, experiências, etc. que são classicamente analisados relativamente a sujeitos psicológicos, e não a posições e vetores, (...) Certamente há domínios em que os sujeitos não sofrem efei-

tos, mas há outros em que sua atuação é demandada e verificável (POSSENTI, 1993, p.16).

Conceber a língua como local de interação pressupõe o sujeito como uma entidade psicossocial, destacando o caráter ativo ocupando o papel da (re)produção social enquanto participantes da definição da situação na qual se encontram inseridos num processo de comunicação. Entendendo assim, encontramos:

...é um sujeito social, histórica e ideologicamente situado, que se constitui o outro que dá a medida do que sou. A identidade se constrói nessa relação com alteridade. O texto acena, dramatiza essa relação. Nele, o sujeito divide seu espaço com o outro porque nenhum discurso provém de um sujeito adâmico que num gesto inaugural, emerge cada vez que fala/escreve como fonte única de seu dizer (BRANDÃO, 2001, p. 12).

Sujeito e sistema equilibram-se assim, através da socialização enquanto efetuam a produção social. Dividir, construir e reconstruir espaços em uma perspectiva dialógica de crescimento intelectual, de vivência e aprendizagem em sala de aula, caracteriza-se por um momento de autoconhecimento de si mesmo, de suas ideias e do outro e de suas ideias. Essa

firmação de relações e comunicatividade pode emergir do texto e de sua produção.

CONCEBENDO TEXTO E SENTIDO

Ao concebermos a língua como representação de pensamento e sujeito como responsável absoluto por suas ações e suas falas, poderemos entender o texto como uma representação material do pensamento de seu autor e, ao leitor caberá simplesmente a tarefa de captar esse produto do pensamento, bem como as intenções que o autor possui ao escrever, mas diante do qual sua ação (do leitor) apresenta-se puramente passiva.

Ao concebermos língua como código, ou seja, mero instrumento de comunicação e sujeito como produto do sistema, entenderemos o texto como um mero resultado da codificação de alguém que emite e decodificação de alguém que lê ou ouve. Nessa concepção, o texto apresenta-se totalmente explícito e, ao leitor, cabe apenas a necessidade/capacidade de conhecer os códigos, possuindo assim, um papel extremamente passivo.

Porém, se concebermos língua como ação interacional,

ou seja, os sujeitos atuam e constroem-se socialmente, entenderemos o texto como lugar essencialmente próprio para que ocorra essa interação entre os locutores, os quais são sujeitos ativos. O texto apresenta-se implícito nas mais diversas formas que serão percebidas de acordo com o contexto e a vivência cognitiva dos integrantes dessa trama interativa.

Visualizando sob tal ângulo, a compreensão de um texto apresenta-se como uma ação interativa muito complexa na produção de sentidos, a qual efetiva-se, no envolvimento e mobilização de um amplo conjunto de saberes, bem como da reconstrução interna desse evento comunicativo, o que está muito além de uma mera captação de representação do pensamento ou codificação/decodificação de emissor e receptor.

Sob essa concepção, a coerência exerce papel representativo e entendido de modo diferente, não simplesmente como uma qualidade ou propriedade do texto. Ela se refere aqui à maneira como os elementos agrupados aos elementos do contexto sociocognitivo envolvidos e mobilizados na interlocução, constitui-se em uma configuração carre-

gada e geradora de sentidos.

O leitor de um texto empreende uma constante busca no sentido de mobilizar seus conhecimentos e estratégias cognitivas no propósito de interpretar um texto dotado de sentido, pois, esperamos sempre que um texto possa conter e produzir sentido, devendo, inclusive, de acordo com a forma com a qual ele se encontra organizado linguisticamente, produzir representação coerente, a partir da ativação de conhecimentos prévios ou possíveis conclusões que o texto apontar.

Nas vozes de Kock e Villaça (2002, p.19), “o processamento textual, quer em termos de produção, quer de compreensão, depende, assim, essencialmente, de uma interação – ainda que latente – entre produtor e interpretador tornando a interação entre os sujeitos sociais e ativos numa ação sociocomunicativa”. Vemos que a mesma concepção é compartilhada por Geraldini (1991, p.19), o qual afirma que “o falar depende não só de um saber prévio de recursos expressivos disponíveis, mas de operação de construção de sentidos dessas expressões no momento da interlocução”.

É necessário, no entanto,

que, por parte do produtor do texto, se tenha um “o que dizer” e, da parte do leitor, uma participação ativa de compreensão e construção de sentido, envolvidos, é claro, em um contexto mais amplo.

Desse jogo de interação e de construção de sentidos, fazem parte algumas peças mobilizadoras de estratégias nos fatores sociocognitivo, interacional e textual que são:

- O produtor de texto, o qual recorre de uma organização do texto no sentido de orientar o seu interlocutor para que este compreenda e interprete a sua mensagem e construa sentidos;

- O texto, objeto organizado a partir de estratégias e possibilidades de formulação encontradas na língua a fim de que se possa limitar as possibilidades de leitura;

- O leitor e o ouvinte, os quais remeterão a sua compreensão e interpretação, a partir de como o texto apresenta-se linguisticamente construído, das pistas contidas nele e das possibilidades de interpretação que o mesmo fornece.

O entendimento de tais postulações e formas nos remetem à definição de texto apresentada por Beaungrande (1997, p.10) que afirma ser o texto “um evento comunicativo do

qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais”.

O TEXTO COMO UNIDADE BÁSICA DE MANIFESTAÇÃO DA LINGUAGEM

O texto consiste na unidade mínima de significado, e toda atividade linguística se realiza por meio do texto. Pode ser entendido como um enunciado qualquer, expresso oralmente ou escrito. Entendemos que seja um texto apenas uma palavra, uma frase, um fragmento de diálogo, um romance, uma carta, um bilhete, um verso, uma ditado popular, uma gravura, uma imagem, uma peça de teatro, uma piada, e muitas outras formas que possam proporcionar a interlocução, e exercer uma função comunicativa no contexto em que está sendo utilizada. Em outras palavras, a textualidade é definida pelo contexto.

Uma das funções do texto é permitir que o leitor amplie seu poder sobre si mesmo e a realidade na qual ele está inserido, caracterizando-se num caminho oportuno de acesso ao conhecimento. O texto deve proporcionar ao leitor condições para chegar às “verdades” que constituem o contexto social, político, econômico e

histórico.

Para Koch e Villaça (2002, p.30)

o sentido de um texto, qualquer que seja a situação comunicativa, não depende tão somente da estrutura textual em si mesma (daí a metáfora do texto como Iceberg). Os objetos de discurso a que o texto faz referência são apresentadas em grande parte de forma lacunar, permanecendo muita coisa implícita. O produtor do texto pressupõe da parte do leitor/ouvinte conhecimento textuais, situacionais e enciclopédicos e, orientando-se pelo Princípio da Economia, não explicita as informações consideradas redundantes. Ou seja, visto que não existem textos totalmente explícitos, o produtor de um texto necessita proceder ao “balançamento” do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via inferenciação na verdade, é este o grande segredo do locutor competente.

Ao texto cabe a tarefa de permitir a possibilidade de junções entre o conhecimento prévio e o novo, o encontro com outras vivências, com a linguagem, com as diferentes formas e funções de construções de significados para obtenção de sentidos.

Estar frente a frente com o texto a ser lido ou produzido consiste numa interação entre

leitor, autor e contexto, sendo que o segundo irá remeter sua produção de acordo com a vivência, experiência e visão de mundo que o mesmo possui – pois além de ser, ou por ser autor, é leitor – e poderá passar a possuir, de modo que a necessidade de interpretar não conhece limite, e que, por isso, jamais se daria por encerrada (PAES, 1995).

Todo e qualquer texto tem implícitos, ou seja, tem ideologia quanto à sua intencionalidade, mas o grau de aceitabilidade do receptor vai, certamente, depender da implicatura que este tiver sobre o assunto. A margem de tolerância do texto é tanto ou maior quanto mais conhecido for o assunto.

Um texto pode ser coerente para um leitor quando este tiver algum conhecimento prévio sobre a narrativa, e incoerente para os usuários/leitores que não tiverem nenhum conhecimento sobre os assuntos que nele forem narrados.

Assim, a questão de coerência tem tudo a ver com a inteligibilidade do leitor, pois depende de certo grau de conhecimento que este tenha sobre o assunto em questão para que ele seja coerente ou não. Alguns textos podem não apre-

sentar coerência global, quando o emissor deixa concluir o texto causando, com isto, uma ruptura de pensamento e dificultando o entendimento do leitor. Outros textos podem apresentar somente coerência ou incoerência local, ou seja, quando deixam de narrar fatos importantes para os leitores que não possuem conhecimento prévio da narrativa.

LINGUAGEM – ENUNCIÇÃO – SIGNIFICAÇÃO: PELOS CAMINHOS DA SEMÂNTICA

A atribuição de significado é uma tarefa subjetiva que requer habilidades mais complexas do que a capacidade de reconhecer termos e seu emprego habitual. Constituindo a capacidade de inferência do sujeito sobre seu objeto de atenção, a significação realiza-se como ato particular em um processo que alia o novo a saberes anteriores em um contínuo resignificar, de modo que, segundo Bakhtin (1997, p.49) “o que faz da palavra uma palavra é a sua significação”.

A significação não se limita, porém, a uma ideia individual. Sua concretude efetiva-se na relação com o outro, condição necessária para que adquira legitimidade. A compreen-

são mútua, imprescindível no processo de interação social do indivíduo, é, possível de ser concretizada por meio de exercícios de imaginação, apelo ao conhecimento das coisas e do mundo, e a consciência dos interesses e ações humanas. A consideração deste conceito conduz a reflexão sobre a prática da significação da linguagem no universo escolar, que comumente limita-se a procurá-la em sua manifestação concreta, desconsiderando a subjetividade que lhe é intrínseca.

Dada a amplitude de suas possibilidades de realização, faz-se necessário um olhar mais atento e significativo sobre a escrita, de modo a descobrir a ilimitabilidade de seu universo.

A distinção entre dizer e mostrar permite-se nas relações de linguagem, ser humano e mundo. A enunciação se faz presente no enunciado referendada por uma série de marcas linguísticas, pois é a enunciação o material verbal que acontece no momento em que ocorre o contato humano. É por meio dessas marcas que o indivíduo poderá chegar ao entendimento do discurso.

Com relação à intencionalidade na produção da linguagem, sabemos que, todo enun-

ciado diz algo, mas o diz de um certo modo. Ao dizer um enunciado apresenta-se um estado de coisas do mundo que foram, previamente, interiorizadas.

Um enunciado só se torna inteligível quando colocado dentro de seu contexto de situação, se me é permitido cunhar uma expressão que indique, por um lado, que a concepção de contexto precisa ser ampliada e, por outro, que a situação em que as palavras são usadas jamais poderá ser descartada como irrelevante para a expressão linguística. Podemos ver o quanto a noção de contexto necessita ser substancialmente ampliada se quisermos que ela tenha utilidade. De fato, ela deve ultrapassar os limites da mera linguística e ser alçada à análise das condições gerais sob as quais uma língua é falada (KOCK; VILLAÇA, 2002)

Pensando como os autores acima citados, entendemos que a coerência está ligada diretamente com a possibilidade de se estabelecer o sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade que o receptor tem de calcular o sentido do texto. Para haver coerência, é pre-

ciso que haja possibilidade de estabelecer, no texto, alguma forma de unidade ou de relação entre seus elementos.

Sob essa análise, surge a necessidade de se trabalhar estrategicamente e metodologicamente assuntos e temas (músicas, poesias, futebol, preconceitos...), reais e presentes no contexto social e histórico de educadores e educandos, fazendo com que a relação ensino-aprendizagem caracterize-se num movimento social a partir da sala de aula, capaz de ampliar e ocupar espaços cada vez mais amplos, ou seja, a imersão e atuação na sociedade.

Morin ilustra dizendo que Morin (2001, p. 39)

o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido. Para ter sentido a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se anuncia (...). O conhecimento, ao buscar construir-se com referência ao contexto, ao global e ao complexo, deve mobilizar o que o conhecedor sabe do mundo. Como François Recanati dizia, "a compreensão dos enunciados, longe de se reduzir a mera decodificação, é um processo não-modular de interpretação que mobiliza a inteli-

gência qual e faz amplo apelo ao conhecimento de mundo".

O TEXTO NO CONTEXTO

Quando se ouve uma palavra, ativa-se imediatamente na mente uma rede de outras palavras, de conceitos, de modelos, imagens, cor, sons, sensações, lembranças, afeição e muitas outras atividades selecionadas e acionadas ao / pelo contexto.

O contexto remete a configuração de ativação de uma enorme teia semântica em um momento específico. Ele determina o sentido de uma palavra e cada palavra contribui para a produção do contexto.

Conceituar contexto de modo definitivo é tarefa, irremediavelmente, inacabada. Diversos são os autores e até diversos são os termos utilizados para definir contexto. A questão é que o contexto pode significar muitas e diferentes coisas: situação, cultura, sociedade.

O contexto, definido por alguns linguistas mais ligados à questão sociológica, é caracterizado sendo composto de "situação" que envolve o cenário, o lugar; os participantes que são o falante, o ouvinte; fins, propósitos, resultados contidos na situação; sequência

de atos caracterizada pela mensagem e o conteúdo; código; instrumentos, ou seja, o canal utilizado e a forma de fala que se concretiza no momento; as normas de interação e interpretação; gêneros do texto (KOCK; VILAÇA, 2002) .

Levi diz que as comunicações somente podem acontecer em um contexto, ou seja, ele – o contexto – determinará o tipo e o encaminhamento que se dará às relações em questão, pois estas estarão permeadas, justamente, de acordo com as possibilidades de interpretação – comunicação – ação que o contexto permite fazer acontecer.

Para ele,

na abordagem clássica dos fenômenos da comunicação, os interlocutores fazem intervir o contexto para interpretar as mensagens que lhes são dirigidas. (...) Longe de ser apenas um auxiliar útil a compreensão das mensagens, o contexto é o próprio alvo dos atos de comunicação (LEVI, 1993, p. 21).

As produções textuais realizadas refletem a gama de significações presentes e retratadas no contexto, sejam as produções em sala de aula, sejam as produções textuais que perpassam as paredes da sala de aula, ou seja, os textos que

circulam cotidianamente em nossa sociedade. E aqui falamos de anúncios publicitários, panfletos informativos, bilhetes, convites, músicas, imagens, danças e muitas outras formas de expressões contextuais.

No texto produzido pelo aluno, é possível perceber que um bom conhecimento do contexto em que o mesmo esteja inserido – e isto quer dizer que seja em sua rua, bairro, cidade, estado, país, refletirá em um melhor desempenho de afirmações e argumentações, as quais refletirão, também, a gama de conhecimento que o aluno possui sob determinado assunto, que seja explanado em um texto de qualquer que se o gênero ou o tipo.

Partindo do pressuposto de que toda manifestação linguística ocorre inserida em uma determinada cultura, suas tradições, costumes e rotinas devem ser obedecidas, vivenciadas e perpetuadas. E que a simples interlocução possibilita e limita as movimentações, as condutas, as condições, estabelecidos deveres e limitada a liberdade entre os locutores, aos poucos passou-se a levar em conta o contexto sociocognitivo.

Para que haja compreensão entre duas ou mais pessoas, é necessário que seus contextos

sociocognitivos estejam afins, ou seja, é preciso que uma dê espaço, permita que a outra exponha seu ponto de vista, sua opinião, sua situação ou a que esteja prestes a externalizar. Sendo assim, compreende-se mutuamente e estabelece-se uma atividade interativa. Tal possibilidade acentua-se no campo da fala, enquanto na escrita tal possibilidade limita-se, o que não quer dizer que não ocorra.

O DISCURSO NO TEXTO E O CONTEXTO COGNITIVO

O contexto remete-nos a uma série de possibilidades de averiguação, constatação, interpretação e entendimento. Tais possibilidades podem ser encontradas na forma estruturada do texto, as quais poderão completar, preencher lacunas do texto, modificar, ou seja, alterar o sentido de certas expressões, e, ainda justificar fatores que se apresentam para explicar por que se disse tal coisa e não outra. De qualquer modo, no discurso caracteriza-se por fatores externos à língua, entender alguma coisa de seu externo para compreender o que é dito em seu interior.

Uma das posições quanto à Análise do Discurso apresentada por estudiosos é de que

há a necessidade de recorrer ao contexto por que não existem frases, somente enunciados, portanto, não é possível abstrair-se do contexto, bem como de suas condições de produção e de enunciação. Factualmente, é um conjunto de fatores determinantes na produção de linguagem e variáveis a cada nova produção de enunciação.

Em outra posição, contexto é entendido como conjunto de fatores pertinentes na análise linguística das enunciações e que possuem influência sobre tais enunciados, e que poderão resultar em efeitos diversos.

Entendendo assim,

a análise contextual é um complemento da análise linguística fora do contexto, ela vem depois, para complementar o que ficou por completar: isto é, o contexto 'só se invoca quando necessário', como, por exemplo, para desfazer ambiguidades, justificar efeitos de sentido (...) 'salvar' um enunciado que se apresenta como desviante, retificando interpretações a priori anormais, completar a interpretação (KOOCK; VILLAÇA, 2002, p.27).

ACESSO AOS SISTEMAS DE CONHECIMENTO ATRAVÉS DO PROCESSAMENTO TEXTUAL

O contexto pode ser defini-

do como o conjunto de todas as propriedades que fazem parte da situação social e que são sistematicamente importantes para a produção, compreensão e funcionamento do discurso em si e de suas estruturas.

Em Koch e Villaça (2002), encontramos explicações que consistem em que pelo processamento textual acessam-se alguns sistemas de conhecimento, mais especificamente o linguístico, o enciclopédico e o interacional, os quais são de grande importância. Vejamos:

a. O conhecimento linguístico, que se caracteriza pelo conhecimento gramatical, no qual articulam-se o material linguístico no contexto do texto, o uso dos meios coesivos os quais efetuam a remissão ou sequenciação textual, e a seleção lexical condizente ao tema em questão ou aos módulos cognitivos então ativados.

b. O conhecimento enciclopédico, também caracterizado por conhecimento de mundo, o qual localiza-se armazenado na memória denominada semântica ou social.

c. O conhecimento sociointeracional é o mediado sobre as formas de interação que ocorrem através da linguagem. Esse conhecimento envolve

outros tipos de conhecimento:

- Conhecimento ilocucional, que trata sobre os diversos tipos de ações relacionadas à fala, bem como as intenções contidas em cada ato, exigindo assim, por parte dos interlocutores um conhecimento amplo e cabível à captação do propósito ilocucional;

- Conhecimento comunicacional, que trata sobre as normas que regem a comunicação humana; sobre a quantidade de informações contidas necessariamente em uma determinada situação na qual o leitor do texto possa reconhecer os objetivos do autor nesse determinado texto;

- Conhecimento metacognitivo, que permite ao produtor do texto usufruir dos inúmeros tipos de ações linguísticas que proporcionam a possibilidade de interação entre ele (produtor) e seu leitor através da compreensão e aceitação, mediando, com as mesmas, o círculo verbal;

- Conhecimento superestrutural, caracterizado pelo conhecimento dos gêneros textuais, isto é, reconhecimento de textos dos mais diversos tipos e categorias, bem como sua ordenação, sequenciação e conexão com outras estruturas textuais.

Há, ainda, outra espécie de conhecimento, o procedural, o qual trata-se de um conhecimento específico, ligado a cada um dos sistemas de conhecimentos anteriores. Ele monitora a atualização, por meio de rotinas ou procedimentos, desses sistemas, através do processamento textual, e, ainda, permeia a adaptação e adequação das necessidades existentes no momento da interação entre saberes sobre as práticas ligadas ao meio social e cultural do qual fazem parte os interlocutores expressas pelas estratégias de processamento textual, nos aspectos cognitivo, sociointeracional e textual.

A QUESTÃO DA CONTEXTUALIZAÇÃO NA ESCRITA

Ao compararmos contexto de produção e contexto de uso, perceberemos que eles coincidem em relação a interação face a face, porém, apresentam-se diferentes em relação a escrita. Nela, o contexto de uso possui maior importância.

Na interação face a face, a interlocução ocorre de modo áudio-visual-gestual como estratégias sociocognitivas de compreensão e interpretação.

Já na escrita, o texto pode se apresentar incompleto, necessitando o interlocutor recorrer ao contexto sociocognitivo (situação social, conhecimentos intertextuais...).

Dascal & Weizman (1987) postulam que um texto pode ser opaco de duas formas, estabelecendo, assim, uma distinção entre incompletude, que exige o recurso ao co-texto e ao contexto para o preenchimento de lacunas (gaps), isto é, para introduzir informações faltantes no texto; e indiretude, responsável pelo desalinhamento (mismatch) entre o que é expresso e o pretendido, ou seja, o descompasso entre a informação explícita e fatores como conhecimento de mundo, princípios comunicativos, condições de adequação e outros (KOCK; VILLAÇA, 2002, p.30).

Encontram-se, no texto mesmo, pistas que identificam a necessidade de preencher as lacunas existentes e ainda que possibilitam distinguir opacidade e indiretude, e, ainda, caminhos co-textuais e contextuais que remetem ao leitor a interpretação pretendida pelo autor.

Portanto, o sentido real de

um texto não depende inteiramente da estrutura textual. Os objetos de discurso presentes no texto ou ao que o texto faz referência, apresentam-se, muitas vezes, implícitos, de forma lacunar. O que vai depender é a "competência" do locutor para "degustar" e "saborear" as informações oferecidas pelo produtor em prol de uma boa interpretação.

O produtor do texto, no entanto, procederá a um "balanceamento" do que pode e deve ser explícito e do que pode ficar implícito, ou seja, "desvendado" pelo leitor. Fato para o qual não há a mesma abertura se tal situação for construída oralmente entre os interlocutores. Espera-se que haja, no entanto, por parte do ouvinte, que a manifestação do falante contenha uma sequência linguística lógica e coerente.

Entendendo, assim,

o tratamento da linguagem, quer em termos de produção, quer de recepção, repousa visceralmente na interação produtor – ouvinte/leitor, que se manifesta por uma antecipação e coordenação recíproca em dado contexto, de conhecimentos e estratégias cognitivas (KOCK; VILLAÇA, 2002, p. 31).

É papel do interlocutor se-

lecionar o contexto para uma boa construção de sentido, no momento da interação. Essa seleção deve consistir em unidades referenciais e representações essenciais à compreensão sem exigência de esforço do leitor/ouvinte. Para uma maior consistência afirmativa, o texto caracteriza-se por uma estrutura que permite a efetivação do diálogo sob os diversos aspectos: o narrador, o narratário, contexto atual e contextos anteriores. Um texto dialoga com outro e passa a tornar-se resultado de muitos outros textos (literários, históricos...). Torna-se, então, uma cadeia de teias infundável na construção, desconstrução e reconstrução do processo intelectual, social, cultural e histórico dos seres humanos. A construção textual, por assim dizer, é a construção da identidade do indivíduo.

ESTREITANDO OS LAÇOS

Nós, educadores, possuímos a sublime tarefa de proporcionar uma reflexão mais intensa a nossos educandos. Acreditamos que breves e excepcionais momentos de vivência e interação entre educadores-educandos, educandos-educandos, educadores-educadores, possam encarar esse desafio

da educação para a ética e os valores. Numa perspectiva de colocar-se no lugar do outro e ocupar o seu lugar para transformar seu cuidado e zelo por si em cuidado e zelo pelo outro, ao menos numa expectativa de conhecer um pouquinho mais para entender um pouco melhor.

Considerando assim, nossa capacidade linguística fala bem alto. E esta capacidade faz remeter à vivência educacional, mais precisamente à questão da produção textual e do texto em si. Percebendo que a construção e manifestação escrita são tarefas atribuídas atualmente aos professores e à escola, é imprescindível que estejamos atentos, sempre, às perspectivas permeadoras da produção textual, especialmente a manifestação escrita, seja a redação moldada sobre a norma culta da língua, a produção poética, a escritura musical... as quais fazem parte do texto-vida. Considerando que a produção textual envolve o contexto histórico-social em que o educando está inserido, bem como sua linguagem, sua cosmovisão e sua posição de sujeito.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

POSSENTI, S. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BEAUNGRANDE, Robert de. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society**. Norwood: Alex, 1997.

BRANDÃO, H. N. **Análise do discurso: leitura e produção textual**. In SANTANA NETO, diversidade cultural. Revista de Educação AEC, Brasília. Nº 127, p.13, abr/jun.2001.

GERALDI, João Wanderley: **O texto na Sala de Aula – leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984.

KOCH, Ingedore; G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÉVI, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência – O futuro do pensamento na era da informática** – Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: ed.34, 1993.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3ª ed. São Paulo: Cortez,